

Estudos Gerais da Arrábida

A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Painel dedicado à Metrópole (30 de Agosto de 1996)

Depoimento do tenente-coronel Melo Antunes¹.

Manuel de Lucena: Todos nós estamos de acordo em que há uma série de ocasiões perdidas na descolonização portuguesa: a primeira e a maior, provavelmente pelo dr. Salazar; depois as hesitações do prof. Marcelo Caetano, embora sobre essas hesitações ultimamente tenha havido muita, pelo menos aparente, novidade: estaria menos fechado do que na altura se pensou, mas de qualquer maneira não agiu com rapidez. Portanto, aos poucos, as coisas que aconteceram foram-se tornando inevitáveis. Creio não me enganar muito, e com isto passo-lhe a palavra, se disser (e é esta a minha opinião), que acho que a maneira como o então major Melo Antunes partiu para a descolonização tinha algo em comum com a que era a minha, que era a de demorar um bocado mais de tempo, a de eleger determinados parceiros privilegiados, que eram na altura o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO, por um lado, para nós os mais capazes, além de serem os mais progressistas, por outro, eram de longe os que tinham os melhores quadros. E de se ter feito uma coisa bastante diferente daquela que aconteceu, privilegiando no terreno esses partidos ou esses movimentos, garantindo, no entanto, um ritmo descolonizador diferente e assegurando muito melhor, do que finalmente veio a ser

¹ Ernesto Melo Antunes (n. 1933 - m. 1999): Oficial de Artilharia. Fez três comissões em Angola. Redactor do Programa do MFA e dirigente deste movimento. Ministro sem Pasta nos II e III Governos provisórios e ministro dos Negócios Estrangeiros dos IV e VI Governos provisórios. Foi um dos autores do *Documento dos Nove*, também conhecido como "Documento Melo Antunes". Um dos principais actores da descolonização portuguesa, negociou a independência da Guiné-Bissau. Membro do Conselho da Revolução.

possível, determinadas coisas, desde a segurança das populações até aos interesses do Estado português e de Portugal. Talvez seja esta a exposição que eu espero com mais interesse e vou-lhe passar a palavra sem mais considerandos.

Tenente-Coronel Melo Antunes: Antes de mais, devo-lhe, a si e à organização, agradecimentos pelo facto de se terem lembrado de mim para este efeito, é um assunto que sempre acompanhei como protagonista e que acompanho ao longo da vida como analista do que se passou. E é uma coisa que está pegada à minha pele, quer eu queira, quer não, até que eu desapareça. Houve alguns problemas que tive de enfrentar durante este mês de Agosto, nomeadamente depois do convite por não saber exactamente qual era a metodologia que aqui se seguia, não me foi explicado claramente o que seria, estou a saber agora que esperavam de mim uma exposição inicial a que se seguiria uma conversa. Mas isso foi, ao fim e ao cabo, aquilo que eu acabei por supor que aconteceria. Portanto, preparei-me *tant bien que mal* para essa hipótese. Não fiz nenhum trabalho original por razões da minha vida privada (não tive muito tempo), mas aproveitei pedaços de coisas escritas, umas publicadas, outras não. Não me parece que haja grandes problemas com isso, porque daquelas que não estão publicadas, tanto melhor, aqui se falará mais à vontade. Daquelas que foram publicadas é indiferente porque acho que ninguém as leu, até porque pela forma como foram publicadas, a não ser pessoas com um grau elevado de especialização, sobretudo de especialização de informação, saber o que sai e o que não sai, o que se publica e o que não se publica, etc. Nesta fase preliminar, devo dizer aquilo que é óbvio: não sou um historiador de formação, não tenho formação científica de historiador, também não sou um cientista social, como sabem, e por isso, muito modestamente, sou um protagonista da história, tal como ela se fez em Portugal há cerca de 20 anos atrás. E um dos aspectos dessa história que marcou para sempre o nosso destino foi aquilo a que se chama descolonização; e é

nessa qualidade que posso dizer alguma coisa que tenha algum interesse. Portanto, vou ler pedaços de coisas que tenho escritas, aquelas que considero mais interessantes para este tipo de encontro. Depois, claro que estarei à disposição para uma conversa, partindo do princípio de que o tempo que me está reservado é o desta manhã. [...]

Sou um protagonista que viveu intensamente os factos históricos de há 20 anos atrás, com uma determinada visão dos acontecimentos, e uma determinada visão do que era a minha intervenção na história desse tempo. O que tenho para dizer é portanto uma visão comprometida, ou se quiserem uma análise comprometida da descolonização. Tanto mais que é feita por alguém assume por inteiro as responsabilidades políticas decorrentes das decisões que tomou e em que participou. É, se se quiser, a minha parte de verdade. Com uma certeza: é que acreditei profundamente em tudo aquilo que defendi e continuo hoje convencido de que, à parte alguns erros de execução e de pormenor, as concepções que inspiraram a minha acção e a daqueles que comigo estiveram foram as que, independentemente de ideologias subjacentes, melhor serviram o interesse nacional e melhor se ajustaram à visão contemporânea da história e do progresso das sociedades humanas.

Vou ler um texto de uma coisa que escrevi e que se chamava assim: "Um programa político: dois projectos de descolonização distintos"².

«O programa do MFA, redigido antes do 25 de Abril e negociado com o general Spínola e os oficiais que lhe eram próximos até ao último momento, isto é, antes de ser tornado público nas horas que se seguiram ao levantamento militar, reflectia já, para um observador atento, as divergências que em matéria de descolonização haviam de manifestar-se abertamente e violentamente entre os militares

² Ver Melo Antunes, «A descolonização portuguesa: mitos e realidades» in João Medina (dir.), *História de Portugal. Portugal Democrático*, vol. XIV, pp. 180-189, Amadora, Clube Internacional do Livro, s.d. O autor não lê o texto integralmente, fazendo pequenos cortes, adaptações e comentários.

comprometidos com o movimento. A redacção final foi o resultado de um compromisso baseado na comum aceitação de que a solução da questão colonial era política e não militar, mas não se pôde chegar até ao reconhecimento formal do direito dos povos submetidos à dominação colonial à autodeterminação com todas as consequências, isto é, a independência.

Pode dizer-se que, pondo de parte o ponto de vista daqueles que defendiam teses abertamente integracionistas ou próximas (o que equivalia à tentativa de recuperação da doutrina oficial do Estado Novo, isto é, a doutrina do Portugal uno e indivisível, plurirracial e pluricontinental); pondo de parte, também, as teses capitalucionistas e entreguistas, de abandono completo e total dos territórios coloniais (a prova de que existiam é a espantosa facilidade, entre aspas, com que o professor Miller Guerra impõe como condição para formar governo a convite do general Spínola – o I Governo provisório – a entrega imediata das colónias); pondo, pois, de parte estas teses, integracionistas, por um lado, capitulacionistas ou entreguista, por outro, começaram a defrontar-se logo desde o primeiro dia duas concepções distintas da descolonização. A primeira, representada pelo que se pode designar a “linha Spínola”, defendia uma solução política de tipo federativo, ou comunitário, e tinha procurado a sua expressão teórica no livro que o general Spínola havia publicado meses antes do 25 de Abril, intitulado *Portugal e o Futuro* como é do conhecimento de todos vós.

É inegável o impacte que o livro teve na sociedade portuguesa e, em particular, na sociedade castrense. Pela primeira vez desde o início das guerras coloniais, um general do Exército português, e dos mais prestigiados, expunha publicamente teses cuja inconoclastia era evidente, contrariando frontalmente a doutrina oficial que não admitia hesitações ou dúvidas quanto à defesa militar de um ultramar que, com Portugal continental, constituía uma só nação e um só país. O conhecimento público de que havia generais, e não dos de menor

importância, e com eles muitos oficiais, que punham em causa o que até então era um dogma – a unidade da pátria “do Minho a Timor” e a sua defesa indiscutível – abalou profundamente o poder político.

O livro, as demissões dos generais Costa Gomes e Spínola, por se terem recusado a participar na mascarada do “desagravo” (que acabou por ser conhecida como a “Brigada do Reumático”), o clima de insuportável descontentamento e tensão que se fazia sentir nos meios militares face ao arrastar da guerra em três frentes foram, sem qualquer dúvida, elementos determinantes na formação do caldo de cultura que, em especial a partir de Janeiro de 1974, levou à preparação e desencadeamento do golpe militar que derrubaria a ditadura.

A partir de Janeiro, com efeito, “o movimento dos capitães”, que havia começado por ser um movimento reivindicativo de tipo corporativo, dá os primeiros sinais de politização. O documento que revela, definitivamente, a politização do movimento, é elaborado entre Janeiro e Fevereiro de 1974 e adoptado com o título “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, na reunião plenária de Cascais, em 5 de Março de 1974. Mas a linguagem utilizada no documento reflecte, também, as complexas relações de força no interior do movimento; nem todos se entendiam quanto ao significado real do derrube do regime e nem todos saberiam o que era realmente uma solução política para o problema do ultramar. Era uma fórmula um pouco vaga e abstracta e, para muitos, sem nenhum conteúdo claro. Ao nível semântico eram manifestas as hesitações, os receios, os escrúpulos em não ferir susceptibilidades. Na realidade, foi à custa de difíceis compromissos e ásperas discussões que foi sendo possível avançar com sucessivas redacções até ao documento finalmente aprovado em Cascais. O mesmo, de resto, se passou mais tarde com a própria redacção do Programa do MFA, como já foi dito. Independentemente, porém, da capacidade política de alguns dirigentes do movimento e de muitos oficiais que o integravam,

independentemente da capacidade que certos elementos teriam de articular um discurso em que fosse patente o carácter inexoravelmente revolucionário – e por conseguinte, antifascista e anticolonialista – do golpe em preparação, o elemento-chave que transforma o débil e embrionário sentimento revolucionário da maioria dos oficiais do MFA em verdadeira consciência revolucionária é o que se passa, na rua, no próprio dia 25 de Abril e nos dias e semanas que se seguiram, com um ponto alto extremamente esclarecedor na grande manifestação de massas do 1º de Maio, em Lisboa.

A maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução. No dia seguinte, para surpresa de muitos, tinha sido um acto revolucionário que derrubava o regime. É a participação entusiástica das massas populares que converte o golpe em revolução. E a revolução implica uma dinâmica inexorável de transformação política que faz transbordar dos seus limites as previsões mais cuidadas, os cálculos mais frios, os esquemas mais rigorosamente definidos.

Três exemplos podem ilustrar com clareza a dinâmica revolucionária instaurada no próprio dia 25 de Abril.

O primeiro diz respeito ao aparecimento, à luz do dia, dos partidos políticos até então na clandestinidade e à rápida formação de outros partidos das mais variadas tendências, da direita mais conservadora às diferentes famílias da extrema-esquerda. Na realidade, o Programa do MFA, em matéria de liberdades políticas, embora apontasse claramente para um regime pluralista e definisse, à partida, um quadro futuro de democracia política, conservava um tom relativamente tímido quanto ao reconhecimento imediato de partidos, o que era mais uma demonstração das contradições internas do movimento.

O segundo exemplo é o que resulta da comparação entre a letra do Programa do MFA quanto às grandes reformas de fundo e o que a vida real (outros dirão, a prática revolucionária) veio impor.

O que aconteceu, então, foi uma formidável aceleração do processo de transformações sociais e económicas que fez tábua rasa da letra do Programa e ignorou por completo as tentativas de controlo levadas a cabo por uma parte das forças políticas e do próprio MFA. E se é verdade que o profundo movimento social e político que abalou a sociedade portuguesa até aos alicerces nos três primeiros anos, *grosso modo*, após o 25 de Abril, poderia ter posto em causa a instauração e consolidação da democracia política – o que não chegou a verificar-se, apesar ou em virtude das violentas lutas políticas – a verdade é também que, se afastarmos os excessos, os desvios e até alguns delírios, forçoso é reconhecer que foi essa aceleração histórica que permitiu a elaboração de uma Constituição que consagrou uma ordem jurídico-política fundada na realização da democracia política e tendo como objectivo programático “assegurar a transição para o socialismo”. E se mais tarde, com a revisão constitucional de 1989, o socialismo (e a sociedade sem classes que lhe era correlativo e figurava logo no art.º 1º da Constituição de 1976) caiu, em termos jurídico-constitucionais e não só, o certo é que se mantiveram muitos preceitos da chamada Constituição económico-social que resultaram directamente das transformações operadas durante o período revolucionário.

O terceiro exemplo diz directamente respeito aos problemas da descolonização (e se fiz alguma referência aos outros exemplos foi para lhe dar um certo enquadramento histórico, uma vez que não me parece possível desligar a descolonização de tudo o resto). Aqui, também, a ambiguidade e a timidez não podiam ser maiores. Para além da letra do Programa do MFA sobre este ponto, a que já me referi, mais gritantes ainda são as contradições que emergem, tanto da Proclamação lida ao país na madrugada de 26 de Abril pelo próprio

general Spínola como da própria Proclamação do MFA, da mesma data. Diz a primeira, no ponto que nos interessa:

Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas (...) a Junta de Salvação Nacional, a que presido, (...) assume (...) o compromisso de: garantir a sobrevivência da Nação soberana no seu todo pluricontinental; (...)."

E rezava assim a segunda, a do MFA:

"Considerando que, ao fim de treze anos de luta no Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos; (...)", etc., etc., etc.

Ora, o que é que aconteceu logo nas horas que se seguiram à queda do regime e se foi ampliando irresistivelmente nos dias, semanas e meses seguintes? Entre os gritos e palavras de ordem, entre os discursos mais inflamados e as manifestações mais entusiásticas, sobressaía sempre e cada vez mais forte a reivindicação popular de pôr fim às guerras coloniais e de negociar de imediato a independência das colónias. Aqui também, a dinâmica da revolução iria submergir muitos sonhos de continuação da exploração colonial por outras vias e muitas utopias dos que nada tinham aprendido ou percebido da história contemporânea em geral, e do que se passava em Portugal, em particular, nas jornadas terrivelmente agitadas da revolução.

Todas, ou quase todas, as grandes manifestações populares visando o fim das guerras e a resolução da questão colonial tiveram, nos primeiros tempos, carácter espontâneo ainda que, muito rapidamente, tivessem sido recuperadas pelos diferentes partidos ou movimentos de massas, como aliás era natural. Elas foram a emancipação directa de uma consciência difusa de que o fim do regime estava indissolivelmente ligado à liquidação do império

colonial. Eram a expressão, ainda não articulada em termos políticos rigorosos mas já presente nos espíritos, da ideia fundamental de que a emancipação dos povos submetidos à dominação colonial era a condição primeira da própria emancipação do povo português. Eram a manifestação clara da consciência de que o fascismo e o colonialismo constituíam os dois pilares fundamentais do regime deposto, que um não era possível sem o outro, que ambos se completavam formando um sistema político coerente.

É certo que antes da Revolução as formações políticas na clandestinidade (o PC desde há longos anos, o PS mais recentemente e, nos últimos tempos, sobretudo após o Maio de 68 em França, algumas formações de extrema-esquerda existentes nos meios universitários), reclamavam insistentemente o fim das guerras e a independência para as colónias. Mas não é seguro que esta propaganda tivesse atingido em profundidade a população portuguesa. O antigo regime dispunha de armas dissuasoras muito eficazes. A censura e uma propaganda metódica e sistemática impediram, durante muito tempo, mesmo durante as guerras, que a população "soubesse", isto é, tomasse verdadeira consciência política da amplitude dos acontecimentos históricos em que participava. Censura e propaganda que, entre outros, desempenharam com perfeição o papel de tornar opaco, e portanto sem significado em termos políticos internos ao nível popular, o crescente isolamento internacional de Portugal por força das sucessivas e cada vez mais vivas condenações da sua política colonial. A maior e, porventura, decisiva prova do que afirmo aqui é que o número de deserções entre soldados foi relativamente baixo durante as guerras. A esmagadora maioria dos soldados preferia ir para a guerra, primeiro, para depois emigrar ou, embora em menor número, instalar-se no território colonial em que tinha combatido.

A consciência anticolonial foi sobretudo um fenómeno que atingiu estratos da população culturalmente mais evoluídos e,

consequentemente, minoritários. A arma dissuasora do regime para “os sectores intelectuais” era a polícia política. Mas a repressão da PIDE, mesmo durante o período salazarista em que se manifestou particularmente brutal, acabou por alcançar resultados contrários aos fins que se propunha. Em Portugal, sobretudo a partir de 1961, quando começa a guerra em Angola, são cada vez mais visíveis os sinais de uma fortíssima resistência ao regime, em particular nos meios universitários e em certos estratos das classes médias. Os grandes movimentos estudantis que agitam toda a década de 60, e certos momentos “eleitorais” (particularmente em 1969) exprimem e propagam vigorosamente, em paralelo com a democratização do regime, o sentimento cada vez mais consciente de luta anticolonial. E à incompreensão e repressão opõe-se uma cada vez mais viva reacção, em particular nas universidades. Ora, são as universidades que fornecem o grosso dos contingentes em oficiais com destino aos territórios onde se combate. E não são apenas os jovens universitários que são assim embarcados na aventura colonial. A partir de certa altura, face à escassez de efectivos em oficiais de carreira, começam a ser mobilizados muitos oficiais já com os cursos completados, com serviço militar normal cumprido e em início de carreiras profissionais. Este foi um dado capital para o desenvolvimento do processo de desagregação interna que foi minando, progressivamente, o aparelho militar. Foi surpreendente a incapacidade dos responsáveis políticos e militares da ditadura em compreenderem a verdadeira natureza das transformações que se operavam no seio da instituição militar, em paralelo daquelas que se iam manifestando em outras instituições, como a universidade, e em sectores cada vez mais vastos da *intelligentsia* nacional. É assim que a partir de meados da década de 60, à desconfiança e até hostilidade que quase sempre imperavam nas relações entre oficiais ditos “milicianos” e os profissionais, se vai sucedendo uma atitude de diálogo e abertura que resulta, em grande medida, dos sentimentos e

privações vividos em comum, mas que é sobretudo a consequência da partilha de uma experiência histórica que brutalmente põe em causa muitas das ideias feitas, muitas das certezas adquiridas, quase todas as convicções instaladas a partir da cultura do regime colonial fascista. Não é certo que esta penetração da nova cultura provinda dos meios universitários e intelectuais, sensíveis aos grandes debates de ideias que então floresciam, tivesse uma larga generalização, ou fosse suficientemente vasta para se tornar visível a olho nu. O que importa é que a semente foi lançada e deu frutos. Em todo o caso, em quantidade e qualidade suficiente para provocarem alterações significativas no “moral” das tropas...

No início da década de 70, já nada era como dantes. Em 1961, quando os primeiros contingentes militares embarcaram para Angola, “rapidamente e em força”, como disse Salazar, poucos, ou mesmo raros, se aperceberam da aventura sem saída em que estavam envolvidos. Isto, apesar de toda a experiência histórica moderna aconselhar que o regime tivesse preparado, com tempo, as condições políticas de transição de uma situação tipicamente colonial à situação de autonomia progressiva, apontando para a independência, que resultava inevitavelmente de aspirações profundas e longamente reprimidas em todos os povos que em toda parte foram submetidos à dominação colonial, e que teve como corolários as independências em cadeia, negociadas ou arrancadas à força, dos finais dos anos 40 e da década de 50. Em vez de se ter tentado compreender esse movimento irreversível da história que foi um elemento determinante na transformação do mundo moderno, optou-se pela atitude de rejeição, em bloco, do que então a propaganda oficial do regime designava desdenhosamente “os ventos da história”. E em vez de se debruçar responsabilmente sobre o que acontecia no mundo, o governo de Salazar enviava observadores militares para a Argélia, para aprenderem como se fazia uma “guerra colonial”. Bastaria este exemplo para demonstrar a total cegueira do antigo regime. Em lugar

de se preparar para a paz, tomando as iniciativas políticas que conduzissem honrosamente as colónias portuguesas à independência, com laços de estreita cooperação em todos os campos com Portugal – na primeira metade da década de 50 isso era ainda possível – o País, pela mão do ditador, preparou-se (mal, de resto, como se viu mais tarde quando se iniciaram as operações militares) para a guerra.

Foram assim deliberadamente cortadas todas as pontes com a história. O poder político em Portugal, durante o período crucial que medeia entre 1945 e 1960, foi incapaz de compreender que a grande vaga anti-colonial que varreu o mundo representava uma charneira que abria irreversivelmente um capítulo novo na história da humanidade. O colonialismo havia sido um dos alicerces em que assentou a ordem capitalista. O anticolonialismo foi, para além de um movimento profundo de rebelião contra a indignidade e a injustiça da opressão e da exploração, o despertar de novos modelos de funcionamento do sistema mundial de produção e de troca. É certo que estes modelos não trouxeram mais justiça e equidade nas relações entre povos, entre ex-colonizadores e ex-colonizados, persistindo hoje desigualdades gritantes entre países ricos e pobres, alinhados num eixo Norte-Sul, e que estão na base de alguns dos problemas mais inquietantes do nosso tempo.

É certo, no entanto, que a história do colonialismo português, desde os princípios do século passado, foi marcada por constantes tensões e conflitos entre partidários e adversários da política de centralização e de integração. Eu faço esta nota porque vale a pena não esquecer que houve altos e baixos na apreciação da questão colonial nos últimos dois séculos, desde o princípio do liberalismo digamos assim. Não cabe aqui desenvolver este tema, mas, de qualquer forma, sublinhe-se que as tendências descentralizadoras – que poderiam, se levadas até às últimas consequências, conduzir a uma política colonial de progressiva autonomia, preparando as independências futuras – não conseguiram emergir como estratégia dominante e durável.

Depois da experiência dos altos-comissários régios do constitucionalismo monárquico, veio o Acto Colonial de 1930 (era Salazar ministro das Colónias) impor a visão centralizadora. Mas deve dizer-se também que, ainda em plena ditadura, destacaram-se orientações descentralizadoras que acabaram por não fazer vencimento. Bastará lembrar, a este propósito, o Parecer da Câmara Corporativa enviado à Assembleia Nacional, de que foi relator o Professor Marcelo Caetano, opondo-se à proposta de revisão do Acto Colonial enviada à Assembleia Nacional em 1951.

Mas retomando o fio à meada. A onda de nacionalismos que abalou o mundo após 1945 valeu, sobretudo, como sinal de libertação e de conquista da dignidade, de afirmação de uma identidade própria que definisse o oprimido relativamente ao opressor. Era assim, também, o sinal de que os povos colonizados entendiam chegado o momento de despertarem para a idade adulta, isto é, o momento de se autodeterminarem e de, independentes e livres, definirem o seu próprio destino.

Em Portugal, os ecos do que se passava pelo mundo, filtrados pela censura, pela propaganda e pela repressão política, mais não eram do que o resultado da subversão marxista e a consequência infeliz do capitulacionismo ocidental face ao expansionismo agressivo do comunismo. A um ponto tal que, em certo momento, Portugal pretendeu apresentar-se ao mundo, ridiculamente, como o campeão da defesa dos "valores ocidentais e cristãos". "Orgulhosamente sós", como então se definia a nossa política externa, persistimos, contra a marcha inexorável da história, contra todas as evidências, contra o próprio bom senso, em perseguir uma política colonial que haveria de nos lançar no pântano mortal das guerras coloniais, antes de terminarmos, sem glória e sem proveito, num processo de descolonização que era já o único possível e o único que, apesar de tudo, salvaria a honra da democracia nascente.

Poderá entender-se agora melhor o sentido do que antes afirmei: no início da década de 70, já nada era como dantes. A guerra, em três frentes, já havia feito demasiadas vítimas; haviam-se cavado muitos ódios e a desconfiança e a incompreensão alargavam-se, criando obstáculos cada vez maiores ao diálogo e à busca de soluções políticas que pusessem um termo à guerra e simultaneamente resolvessem a questão colonial. Por outras palavras: o regime, prisioneiro das suas próprias contradições, esclerosado ao ponto de não poder auto-reformar-se, era incapaz de abrir um caminho que conduzisse à paz e à definição de um estatuto político para as colónias que já não podia ser outro senão o que passava pelo reconhecimento do direito à autodeterminação. O que explica a inconsistência do projecto spinolista, dito federativo, já de todo historicamente ultrapassado e sem qualquer hipótese de ser levado a sério por quem há mais de dez anos, esgotadas as possibilidades de solução pacífica, lutava de armas na mão pela independência.

Entender-se-á agora melhor a razão da existência de uma outra concepção da descolonização, em consonância com as formações políticas de esquerda e do movimento popular, opondo-se radicalmente à concepção spinolista, bem como, bem entendido, às de extrema-direita e de extrema-esquerda.

Foi, porém, o embate permanente entre os dois projectos – o do general Spínola por um lado, e o do grupo de militares do MFA que tinha assimilado a “ruptura revolucionária”, por outro – reclamando-se ambos, todavia, de uma fonte comum de legitimação política – o Programa do MFA – que caracterizou e marcou toda a história da descolonização portuguesa, pelo menos nos meses que medeiam entre o 25 de Abril e 30 de Setembro de 1974, data da renúncia de Spínola à Presidência da República. É o que tentarei demonstrar através da análise de um dos processos de descolonização: o de Moçambique, onde fui, de facto, um protagonista muito concreto.

Em 18 de Julho de 1974 toma posse o II Governo provisório, presidido por Vasco Gonçalves, tendo eu próprio assumido o cargo de ministro sem pasta com a missão de me ocupar do processo de descolonização em geral, já que as negociações relativas à Guiné e Cabo Verde haviam já sido iniciadas, em Maio, por Mário Soares e Almeida Santos e continuavam em curso. No que toca a Angola, as coisas estavam relativamente mais atrasadas. O II Governo entra em funções num clima de intensa agitação política e de violentos conflitos sociais, situação que Adelino da Palma Carlos, primeiro-ministro do I Governo provisório não tinha conseguido controlar. A situação interna apresentava-se, pois, extremamente conturbada e era nessa atmosfera que se desenvolvia o debate sobre as orientações a imprimir ao processo descolonizador.

Os primeiros contactos com a Frelimo haviam já sido realizados, nos princípios de Julho, em Lusaca, por uma delegação portuguesa chefiada por Mário Soares, então ministro dos NE, e que integrava na sua composição Otelo Saraiva de Carvalho. Estas conversações com a Frelimo abrem-se com o célebre abraço de Mário Soares a Samora Machel, rompendo todas as regras do protocolo como então foi amplamente evidenciado. Este gesto foi interpretado, nos sectores progressistas, civis e militares, como revelador de um espírito de generosa abertura, de uma franca disposição de ultrapassar com rapidez as enormes dificuldades de um processo naturalmente complexo como era o da descolonização de Moçambique. A capacidade de negociação de Mário Soares era, no entanto, muito limitada. Submetido, por força das circunstâncias e da relação de forças internas, à óptica de Spínola, o seu mandato consistia, na prática, em tentar obter da Frelimo um rápido, se possível imediato, "cessar fogo", sem poder, em troca, conceder mais do que vagas promessas de respeito pelo princípio da autodeterminação. Dir-se-ia que Spínola, ao enviar Mário Soares a Lusaca, mais não tinha feito do que tentar ganhar tempo, com uma manobra destinada à organização

apressada de forças políticas em Moçambique que pudessem aparecer, mais tarde, a reclamar representatividade no diálogo com Portugal. Desta reunião de Lusaca nada resultou de positivo, assistindo-se, logo a seguir, a uma intensificação do esforço da luta armada da Frelimo em diversas zonas de Moçambique, provocando uma certa desorientação em muitos meios políticos e militares portugueses que com dificuldade entendiam que esta era a resposta lógica da Frelimo, para conservar o seu espaço de manobra, ao que considerava, não sem razão, a manobra dilatória de Spínola.

As tropas portuguesas, desejosas de alcançar uma paz honrosa, limitavam-se a responder aos ataques da Frelimo, a tentar garantir a liberdade de circulação nas vias de comunicação e a proteger as populações civis, abstendo-se de operações ofensivas, em obediência de resto às instruções transmitidas pelo general Costa Gomes, com a plena concordância do general Spínola. É inegável que as consequências políticas deste encontro de Lusaca são fundamentais para o processo que internamente se desenvolveu em Portugal sobre a questão da descolonização, até à Lei 7/74, de 26 de Julho, e ao discurso de Spínola de 27 de Julho. Efectivamente, o que a delegação portuguesa trouxe de Lusaca foi a ideia mestra de que o prosseguimento das negociações com a Frelimo exigia em Portugal três coisas: o reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência completa e total; a aceitação do princípio da transferência da soberania exercida por Portugal para a Frelimo; o reconhecimento da Frelimo como único e legítimo representante do povo moçambicano. Estas eram, na realidade, as condições postas à delegação portuguesa para o prosseguimento das negociações. Foi, por isso, nos quase dois meses que se seguiram ao encontro de 5 e 6 de Junho em Lusaca, o debate aceso em torno destas questões fulcrais, a par dos acontecimentos em Portugal e nos territórios coloniais, determinando uma aceleração violenta do processo histórico, que acabou por conduzir à Lei 7/74, a qual materializa a

prevalência das teses dos sectores progressistas do MFA sobre as teses spinolistas.

Mas, depois deste encontro de Lusaca, o que é que se passa? No mais aceso do debate travado em torno dos princípios que haveriam de regular o prosseguimento das negociações com a Frelimo, desloquei-me com Almeida Santos, e a convite deste, a Amsterdão, para um encontro que permaneceu secreto com Óscar Monteiro, membro proeminente da Frelimo. Esta deslocação, preparada por Almeida Santos dada a relativa facilidade de contactos que mantinha com os meios políticos de Moçambique, onde havia vivido muitos anos, tinha em vista, em face dos resultados de Lusaca, procurar determinar a metodologia mais conveniente para a manutenção dos contactos, tendo-se chegado à conclusão que deveriam evitar-se mais encontros formais do tipo do “encontro de Lusaca” enquanto não se tivesse avançado na remoção dos obstáculos que permaneciam após aquele encontro. Foi, assim, reconhecida a conveniência de, logo que a parte portuguesa estivesse em condições de apresentar propostas concretas sobre as quais se pudesse estabelecer um diálogo positivo, se combinar novo encontro, ainda secreto, a fim de evitar que, se dele não resultasse nada de concreto, a publicidade dada às posições de ambas as partes limitasse perigosamente a sua capacidade de negociação, comprometendo assim a continuação do diálogo.»

Manuel de Lucena: Tem a data exacta desse encontro de Amsterdão?

Tenente-coronel Melo Antunes: Não.

Manuel de Lucena: Porque ontem foi aqui referido pelo Almirante Vítor Crespo que esse encontro de Amesterdão teria precedido ligeiramente o de Lusaca. Tem a certeza de que é depois?

Tenente-coronel Melo Antunes: Não sei a que encontro de Lusaca se estaria a referir o almirante Crespo...

Manuel de Lucena: O encontro de Lusaca, [com] Otelo e Mário Soares, é anterior ao seu contacto com o Óscar Monteiro?

Tenente-coronel Melo Antunes: Ah, sim, sim. Não tenho dúvida nenhuma.

Melo Antunes retoma a leitura do seu texto.

«Quando, finalmente, sai em 26 de Julho a Lei 7/74, verificando-se então estarem reunidas as condições políticas mínimas para o prosseguimento do diálogo com a Frelimo, foi formalmente deliberada a minha ida a Dar-es-Salam, com plena concordância do general Spínola, do general Costa Gomes, do primeiro-ministro Vasco Gonçalves e, pelo menos, o conhecimento e o acordo de Mário Soares e Almeida Santos.

Propus então que me acompanhasse nesta missão o comandante Almeida e Costa, representante em Lisboa do MFA de Moçambique, proposta que foi aceite. Antes de partir tive uma conversa com o general Spínola em que foram acordados os termos em que deveria, nesta fase preliminar, dar como adquiridos e, portanto, aceites por Portugal, dois dos três princípios já referidos, a saber: o reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência; o princípio da transferência de poderes para a Frelimo. Quanto ao reconhecimento formal da Frelimo, o general Spínola adiantou a ideia de assinatura de um “protocolo secreto”, no qual aquele movimento seria reconhecido como representante legítimo do povo de Moçambique, sem prejuízo das negociações com a Frelimo (erigida assim, *de facto*, em interlocutor único) com vista à transferência dos poderes. A insistência de Spínola na questão do “protocolo secreto” baseava-se nos seguintes argumentos: impedir a África do Sul e a Rodésia de contestarem, no plano internacional, a legitimidade de tal representatividade, tirando partido de “preconceitos democráticos burgueses” do Ocidente, criando-nos assim dificuldades na Europa; impedir a África do Sul e a Rodésia de utilizarem o pretexto formal da ilegitimidade para intervirem militarmente em Moçambique; e retirar às minorias racistas e colonialistas de Moçambique, bem como aos sectores mais reaccionários em Portugal, o argumento da “traição”

pela “rendição e entrega vergonhosas”, o que poderia levantar em Moçambique sérios problemas de ordem pública e em Portugal graves dificuldades políticas.

Foi com este mandato preciso que parti com Almeida e Costa para Dar-es-Salam. Nesta cidade decorreram, entre 30 de Julho de 74 e 2 de Agosto de 74 as difíceis negociações entre a delegação portuguesa e a delegação da Frelimo que conduziram à elaboração de um documento contendo os conceitos básicos e as linhas mestras do acordo a negociar, formalmente, caso Portugal concordasse em que este documento era uma base de partida aceitável para a continuação do diálogo. Uma vez que o encontro de Dar-es-Salam havia permanecido secreto, como previamente combinado, mantinha-se a margem de manobra de ambas as partes caso Portugal viesse a considerar inaceitável esta posição de partida.

Regressado a Portugal, dirigi-me imediatamente com Almeida Santos, de helicóptero, ao Buçaco, onde se encontrava o Presidente da República. Entreguei o documento e expliquei-lhe detalhadamente a forma como tinham decorrido as conversações e as principais dificuldades encontradas e que, no fundamental, eram as seguintes: a questão do não reconhecimento público da Frelimo; e, quanto ao mecanismo de transferência de poderes, o problema da composição do governo de transição. O Presidente da República não reagiu desfavoravelmente ao documento que lhe foi apresentado, nem fez qualquer comentário negativo às explicações suplementares que lhe forneci. No final, deu o seu pleno acordo para que se fizessem os preparativos necessários à constituição de uma delegação que, no mais curto prazo de tempo, se deslocaria a Dar-es-Salam, a fim de prosseguir, agora a “céu aberto”, as negociações com a Frelimo, partindo das bases provisórias do documento de que fiz a entrega.

Discutido o documento no âmbito da Comissão Nacional de Descolonização, constituiu-se a delegação que em 15 e 16 de Agosto seguintes continua em Dar-es-Salam as discussões com a Frelimo,

procurando-se formalizar os seguintes objectivos, já por mim defendidos e pelo comandante Almeida e Costa no primeiro encontro nosso com a Frelimo: obter uma composição do governo de transição e uma definição de competências (do alto-comissário e do Governo) que evitasse a Portugal ficar em posição desvantajosa e desprestigiante no período de transição; obter o máximo de garantias para os interesses legítimos dos portugueses residentes em Moçambique, sobretudo para aqueles que lá desejassem continuar a viver após a independência; lançar as bases políticas e jurídicas das futuras relações Portugal-Moçambique, no quadro de uma cooperação marcada pela fraternidade, o respeito pelos interesses mútuos, a não ingerência nos assuntos internos de cada país, o reconhecimento do factor linguístico como laço permanente e privilegiado das relações entre os dois povos e países e elemento estruturante de capital e decisiva importância no futuro da cooperação cultural, económica, científica, técnica e militar; finalmente, obter soluções equilibradas para os problemas decorrentes do cessar-fogo.

De Dar-es-Salam regressámos com um texto que, discutido em Lisboa com o general Spínola, no âmbito da Comissão Nacional de Descolonização, e depois de aprovado no essencial, seria a base do Acordo que viria a ser assinado em Lusaca, em 7 de Setembro de 1974. Nesta data foi também discutido e assinado o acordo de cessar-fogo, cujas cláusulas eram fundamentais para o enquadramento político-militar e jurídico da fase de transição.

Entretanto, logo após o 25 de Abril, a agitação política e social estende-se em Moçambique, repercutindo não só a atmosfera revolucionária existente em Portugal, mas fazendo brotar violentamente todas as contradições do período colonial até aí contidas pelo sistema repressivo do antigo regime. É a desordem na administração pública, nas empresas, nas escolas e nas ruas, situação esta agravada pelo vazio de poder, durante as semanas que se seguiram ao 25 de Abril, pois só em 11 de Junho tomava posse o

novo governador-geral, Dr. Soares de Melo. A agitação revolucionária era inevitável. Por um lado, os moçambicanos, pretos e brancos, viam chegada a hora de, libertos do colete de forças do colonialismo, alcançarem – com a precipitação, a impaciência e os excessos próprios dos períodos revolucionários – os objectivos políticos, sociais e económicos desde sempre ambicionados. Estes mesmos moçambicanos, perante a perspectiva do fim da guerra, interrogavam-se angustiadamente sobre o futuro e aspiravam legitimamente a uma solução rápida sobre o território, solução essa que estava longe de ser transparente dadas as ambiguidades do Programa do MFA, iniciais, e das posições oficiais da metrópole em matéria de descolonização. Por outro lado, os portugueses radicados em Moçambique e cujas perspectivas eram de continuarem naquele território, permanecendo portugueses, sentiam-se desamparados, sem perceberem para que lado os acontecimentos rumavam e o alcance histórico da ruptura revolucionária com o passado. Em todos estes sectores não deixaram de aparecer os pescadores de águas turvas, os oportunistas e os carreiristas de todos os tipos que contribuíram fortemente à perturbação dos espíritos e ao clima de insegurança e de incerteza.

No interior das Forças Armadas os sentimentos eram contraditórios. Empolgados com os acontecimentos vividos na metrópole e directamente afectados pelo clima social instaurado em Moçambique, os militares, sem informações nem directivas precisas quanto ao modo de actuação, e sem perspectivas quanto à evolução política a curto prazo, não puderam deixar de reflectir a instabilidade geral. Sentindo-se, por um lado, responsáveis pela segurança geral do território e das suas populações e obrigados, por isso, a continuarem as operações militares (ainda que, apenas, com espírito defensivo, como lhes tinha sido ordenado de Lisboa), sujeitos em alguns casos a uma intensificação da actividade militar da Frelimo, eram, por outro lado, por força da própria lógica do processo revolucionário, atraídos

pela ideia de um fim rápido da guerra e do regresso à metrópole, o que implicava um envolvimento político cada vez maior, com inevitáveis consequências em termos de agitação nas unidades e de fortes dificuldades em manter a funcionar as cadeias de comando. Foi perante esta situação que muitos, na altura, e mesmo mais tarde, interpretaram como catastrófica, que o general Costa Gomes se deslocou a Moçambique, ainda em Maio, numa missão que tinha por finalidade tentar acalmar os ânimos, tanto nos meios militares como civis, fornecendo as explicações necessárias sobre o 25 de Abril e os seus objectivos. Não era uma missão fácil porque, contrariamente àquilo em que acreditavam certos órgãos do poder político e certos responsáveis políticos em Portugal (Presidente da República, a maioria da Junta de Salvação Nacional e, em parte, o próprio Governo), o que estava em causa em Moçambique era também uma revolução, com a agravante de esta se sobrepor a uma guerra, com um exército em operações há longo tempo, fatigado, e de há muito desmotivado por não acreditar nas razões pelas quais combatia. O menos que se poderá dizer do general Costa Gomes quanto a esta missão é que ele compreendeu esta realidade, agindo com prudência e espírito de compromisso, dando instruções suficientemente flexíveis para terem viabilidade de execução, permitindo, encorajando ou tomando iniciativas políticas e militares que tiveram em vista evitar a radicalização de posições e o deflagrar da violência descontrolada e a anarquia.

Mas, em Moçambique como nos outros territórios, nada nem ninguém poderia evitar que o curso dos acontecimentos fosse aquele que foi. Em muitas unidades militares, e independentemente dos “estragos” causados por elementos de extrema-esquerda que demagógica e irresponsavelmente incitaram os soldados a depor as armas face a um inimigo ainda activo, viveram-se dias de grande confusão e de intensa agitação. Assistiu-se, então, a um esforço notável das estruturas do MFA de Moçambique para introduzir, em circunstâncias

tão adversas, a ordem e a disciplina indispensáveis à criação de condições minimamente favoráveis para Portugal no processo de negociações com a Frelimo. Consciente da situação difícil que se vivia em Moçambique, o MFA enviou de Lisboa missões com a finalidade de reforçar a acção do MFA local. Não se obtiveram as condições ideais, mas, numa apreciação global desapaixionada, e com excepção de casos extremos que foram, apesar de tudo, isolados, o comportamento das tropas portuguesas até ao final do período de transição, isto é, até à independência, foi meritório e honroso, devendo sublinhar-se o enorme trabalho que, já depois do acordo de Lusaca, foi realizado no campo da cooperação militar, sob a direcção do alto-comissário, comandante Vítor Crespo, e do general Meneses, então chefe do Estado-Maior do Comando-Chefe.

Durante o período de transição, não subsistindo já nenhuma dúvida sobre o destino do território – independência em 25 de Junho de 1975 – e de que o poder político seria integralmente transferido para a Frelimo – que retirava a sua legitimidade da sua qualidade de movimento de libertação em armas há cerca de dez anos – permaneciam, contudo, muitas incertezas no espírito da maioria dos portugueses que lá viviam e trabalhavam. A letra dos acordos, dando garantias de defesa do interesse legítimo dos portugueses de Moçambique, era uma coisa. Outra era a sua aplicabilidade prática. E neste campo, é forçoso reconhecer que a realidade histórica defraudou profundamente as esperanças que haviam sido depositadas no projecto delineado pelos negociadores dos acordos de independência. Previu-se a instauração de um sistema plurirracial, caracterizado pela vontade comum de edificar, em concórdia e em paz, um país independente, livre e próspero. Foi sem contar com dois elementos fundamentais: o primeiro, o da libertação das massas populares negras, que de imediato identificaram o fim do colonialismo com o sacudir das grilhetas da opressão colonial, dando origem a múltiplas manifestações, mais ou menos violentas, de rejeição do

homem branco (e seus colaboradores negros) identificado como o explorador secular; o segundo, a radicalização política, no seio da própria Frelimo, fruto em parte da necessidade de evitar o perigo de descolagem relativamente às massas e, por outra parte, da hegemonia de uma “legitimidade guerrilheira” – fundada na luta armada – de ideologia marxista-leninista.

Às incertezas e angústias dos portugueses que em Moçambique viviam do seu trabalho, e lá queriam continuar a viver e trabalhar, não foram dadas respostas tranquilizadoras. Muito pelo contrário, a degradação do clima social antes da independência atingiu um ponto tal que obrigou milhares e milhares de portugueses (provavelmente da ordem dos 150 a 200 mil) a retirarem-se para a metrópole ou para a África do Sul. Uns por pânico, a quem faltou serenidade de um juízo político mais realista (o que, face às circunstâncias, se compreende que seria difícil), outros por terem enfrentado perigos reais, outros ainda movidos pela “má consciência” do período colonial e que receavam retaliações, todos constituíram uma massa de “retornados”, como então se lhes chamou, que reunindo à pressa bens e haveres se precipitaram para fora do território. Foi um drama humano de amplitude muito considerável que a memória histórica da descolonização regista com dor e amargura. Para a Frelimo, que não soube ou não quis evitar o êxodo maciço de portugueses, foi um erro de terríveis consequências. Privado de quadros e técnicos qualificados, a todos os níveis, o novo Estado independente, que cedo percebeu não poder fundar uma sociedade nova apenas em ideologia, viu-se a braços com complexos problemas que ainda hoje se reflectem no funcionamento da administração pública, na economia e na sociedade em geral.

Não admira que, nestas circunstâncias, a descolonização tenha sido atacada, desde o início, por largos sectores e correntes políticas, desde a extrema-direita, logicamente, passando por uma boa parte da direita e penetrando até em alguma esquerda. Não sou dos que se

refugiam na fórmula de que a descolonização que foi feita foi a “descolonização possível”. É uma fórmula desculpabilizante e excessivamente redutora – e que, como sabem, tem sido sistematicamente empregue por alguns dos maiores responsáveis políticos da época. Prefiro assumir a parte que me cabe de responsabilização na definição da filosofia da descolonização portuguesa que foi a que, ao tempo, se ajustava, numa perspectiva de esquerda, à análise do colonialismo e à visão histórica do futuro das sociedades em busca de libertação e afirmação nacional. Prefiro, ainda, admitir que não há descolonizações bem feitas, porque elas são sempre o fim de um percurso histórico – sobretudo quando culminam longos períodos de luta armada – marcado pela violência da dominação e da exploração, o arbítrio da opressão, o pesadelo de uma hegemonia racial. Não há descolonizações bem feitas pelo simples facto de nunca ter havido colonizações bem feitas. E não se venha dizer, como se tem dito e repetido à exaustão, que o colonialismo português foi um caso exemplar entre todos os outros colonialismos, que as relações entre brancos e pretos sempre foram pautadas pela brandura dos nossos costumes e que, inclusive, nem sequer soubemos ou quisemos explorar as colónias, em termos económicos, como foi o caso em outros impérios coloniais. São os mitos que, uma vez lançados por interesse ideológico de uma dada classe dominante, tendem a perpetuar-se, sem crítica, em especial quando se vive numa ordem anti-democrática, como foi caso português durante quase cinquenta anos. É verdade que o capitalismo nacional não foi capaz durante muito tempo de organizar a exploração sistemática das riquezas coloniais. Não foi uma virtude, foi uma demonstração da debilidade estrutural do capitalismo português. Mas é inteiramente falso dizer que as relações sociais no universo colonial não tivessem sido caracterizadas, sempre, pela afirmação da superioridade do homem branco, com todas as consequências no plano cultural, económico, político, que daí

advieram: culturalmente, manifestou-se sempre um corte radical entre as mentalidades sendo relativamente frágeis e tardios os esforços de integração, em especial no que respeita à língua; economicamente, o negro foi predominantemente fornecedor de mão-de-obra barata (para não falar do tempo em que foi mão-de-obra escrava); politicamente, foi praticamente nula a participação do colonizado na administração dos territórios, sendo, de resto, por exemplo, quase exclusivamente de brancos as tentativas de obtenção de maior autonomia.

Se o racismo assumiu, muitas vezes, formas atenuadas de paternalismo, nem por isso a questão central podia deixar de se colocar. Paternalistas (ao ponto da violência física exercida sobre o negro ser argumento invocado como demonstrativo da relação de tipo "familiar" entre brancos e negros), não deixava de se manifestar na sociedade colonial o sentimento da hegemonia do homem branco, da sua "natural" superioridade e, por consequência, a imposição de uma "ordem" que reflectia esse ascendente.

É preciso que se entenda: o colonialismo foi, historicamente, o mais injusto e o mais degradante dos sistemas de organização política e social. Isto, independentemente da vontade individual dos agentes desse mesmo sistema, da sua bondade ou da sua tolerância, dos sentimentos éticos e religiosos de cada um. É por isso que, entre muitos portugueses que tiveram de abandonar os territórios, persiste um sentimento de injustiça que resulta da "boa consciência" com que viveram no "ultramar", sendo este considerado como parcela de uma pátria comum. Foi este mito, alimentado duradouramente pelo antigo regime, que falsificou a realidade colonial e a distorceu irremediavelmente, vindo a provocar, como era inevitável mais tarde ou mais cedo, as frustrações, as incompreensões e os sofrimentos que pontuaram o fim do império colonial português. Duma óptica de esquerda, contudo, ainda seria possível, embora difícil, transformar as relações humanas e tentar, apesar dos fossos existentes,

estabelecer um novo tecido social e cultural, articulado em torno dos ideais de igualdade, de justiça, de liberdade e de dignidade.

A realidade histórica revelou-se duramente inapta a assimilar o que hoje será preciso reconhecer que não passou de uma utopia.»

E apesar de todas as tentativas que vão sendo feitas, ainda não vislumbro grandes motivos para ser mais optimista quanto à possibilidade de um futuro mais risonho.

O que aqui disse está escrito há alguns anos e não resulta de uma laboriosa análise posterior aos acontecimentos: é, como se deduz do texto, o que eu pensava na altura, as análises que fazia na altura; e entre a parte que se pode considerar analítica e a factual existe uma interligação muito estreita.

Se me permitem, gostaria de completar um pouco este texto, que já tem alguns anos, com um outro, bastante recente. Julgo que terá interesse porque se pode por aí deduzir, ou avaliar, certos aspectos da evolução do meu pensamento sobre estas questões da descolonização. Trata-se de uma apresentação que escrevi para um livro do brigadeiro Pezarat Correia, intitulado *Angola do Alvor a Lusaca*.

Reza assim esse texto: «Há uma lógica interna que o autor, Pezarat Correia, põe claramente em evidência: a correlação entre as lutas armadas de libertação em Angola e Moçambique, os conflitos regionais e o conflito Leste-Oeste no quadro da confrontação das superpotências. Poderá dizer-se que isto era já mais ou menos conhecido, embora desenvolvido de diferentes maneiras e de ópticas diferenciadas. Eu próprio fartei-me de falar e de escrever sobre estas questões, no quadro geral do que se chamava a Guerra Fria, ou seja, da confrontação entre as duas superpotências. O que é novo no pensamento do autor é a noção de “guerra civil permanente” (uma expresssão que formulei aqui há uns anos), que atravessa toda a história da guerra colonial, a história dos conflitos regionais e a história do conflito Leste-Oeste. Inovadora é, pois, a descoberta de

que as guerras civis sobreviveram à crise anti-colonial, à crise regional e à própria crise mundial do choque entre imperialismos opostos. Ora aqui é que bate o ponto: seguindo o fio condutor desta análise, no mínimo original, somos forçados a rever muita da doutrina expendida acerca da natureza dos conflitos armados em Angola (e não só). É que eliminada a dominação colonial, esbatidos os conflitos regionais com a independência da Namíbia, o fim do *apartheid* na África do Sul e a perda crescente da influência do Zaire, e tendo sobretudo desaparecido o confronto entre as grandes potências pela hegemonia na região, como compreender a persistência, e até o agravamento, dos conflitos internos? Será que a guerra civil permanente – e eu acrescento: armada ou não – é o elemento constante que de forma visível ou larvar se situa no plano sociológico e cultural antes da dominação colonial e se desenvolve com relativa autonomia face aos conflitos regionais e, sobretudo, face aos conflitos imperiais? Por outras palavras, existem motivações endógenas que explicariam, pelo menos em parte, este fenómeno que se observa não só em Angola mas um pouco por toda a África?

Pouco mais fiz do que interrogar-me na altura, e pouco mais faço do que interrogar-me agora, sabendo que esta pista é perturbante e perturbadora. Desde logo porque não faltariam os que transformariam uma análise de antropologia política e social, que visa antes de mais um melhor conhecimento de África e dos africanos, em teses revisionistas da história recente do continente negro. Quero deixar bem claro que, pelo que me toca, recuso todo o revisionismo em matéria de colonialismo e anticolonialismo, bem como todos os efeitos devastadores que sobre África tiveram as pilhagens e as rivalidades imperiais. Nenhuma das análises feitas antes está posta em causa. O que sustento é que algo mais se descortina na análise que fazemos do mundo africano, ainda de contornos pouco precisos e de insuficiente base científica, que nos poderá conduzir a uma mais vasta, complexa e compreensiva visão do mundo e do homem

africano. Para além dos revisionismos em história, estou ciente dos perigos das interpretações simplistas e tendenciosas que relevam da pura ignorância ou são resultado, tantas vezes confirmado, de, ao menor pretexto, se escolherem como boas as derrapagens racistas, xenófobas ou cinicamente eurocentristas. Porque, também aqui seja claro, recuso todas as teses tribais ou étnicas e que de forma alguma é a elas que me refiro quando falo de motivações endógenas.

Mas não posso deixar de alertar para uma das consequências maiores do tipo de análise a que me propus: refiro-me às tendências visíveis em muitos meios culturais e políticos europeus e norte-americanos para observar as diferentes sociedades segundo critérios de relativismo cultural que exprimem, no fundo, formas mais ou menos sofisticadas de hierarquização artificial dos grupos humanos. Seguindo a mesma pista analítica valerá a pena reflectir sobre a aparente inadequação (ou dificuldades de adaptação, dirão outros) dos modelos políticos ocidentais da democracia representativa às sociedades africanas pós-coloniais. Para quem tem do homem uma visão unitária; para quem desde sempre mergulha as suas raízes intelectuais no humanismo universalista; para quem sabe que a diversidade é a riqueza maior da unidade do género humano, não deixa de ser altamente estimulante, mas também perturbador ou mesmo inquietante, a descoberta, ou a simples suspeita da descoberta, de códigos societários que determinam a genética de comportamentos humanos que parecem escapar ao registo das normas tipificadas do pensamento ocidental.» E nada mais direi.

Manuel de Lucena: Agradeço muito a sua intervenção. Esta sua parte final, se por um lado, a torna muito mais complexa, pelo menos na perspectiva da nossa discussão de hoje, torna-a também muito mais interessante. E, se me dá licença de lançar a parte da conversa entre nós, que não é propriamente um debate porque não se trata de contrapor visões, trata-se muito mais de apurar a sua, ou a nossa consciência do que é a sua. Eu gostava, no entanto, se me permite,

de pegar no ponto em que terminei a minha introdução e que várias vezes aqui surgiu ao longo da sua exposição, desde logo na eleição – a propósito de Moçambique, mas que se verificou relativamente à Guiné, relativamente a Cabo Verde até, e relativamente a Angola – de determinados interlocutores privilegiados, que foram os movimentos de libertação, considerados únicos representantes. Aí está logo o tema, que também aparece agora nesta sua parte final, de uma certa inadequação dos modelos ocidentais de democracia representativa aos países em questão, aos territórios nessa altura, depois países. Isso aparece também na sua exposição quando se refere à necessidade sentida pelo general Spínola, em primeiro lugar, numa conversa assaz extraordinária que ele contou, de remeter para protocolos secretos... o reconhecimento da Frelimo. Porque isso seria dar armas a adversários que se iam justamente servir desse modelo ocidental que dessa maneira era afirmado.

O assunto tem também a ver com o que diz agora no fim, porque, quando fala a guerra civil permanente que atravessa essas guerras coloniais, conflitos regionais e a guerra fria e que sobrevive, aparece aí a noção de que a guerra civil é uma guerra interior a um determinado corpo político, em princípio, um corpo político nacional e no seu Estado. Sem cair (não quero cair, embora às vezes não baste não querer cair para não cairmos) em revisionismos descabelados, isto tem alguma coisa a ver com a problemática de se saber se, independentemente da presença estruturante do colonizador, havia países. Portanto, a primeira objecção que se pode fazer à ideia de guerra civil permanente é: não são propriamente guerras civis; são afloramentos até da presença do colonizador, que não respeitou as divisões naturais, cortou tribos ao meio. Não são propriamente guerras civis. A noção de guerra civil tem de ser trabalhada com muito cuidado num caso destes, e tem a ver com um ponto central que eu referi à entrada: pressenti (pouco falei consigo antes, tivemos uma conversa rápida), mas pressenti que havia um ponto comum na

maneira como em 1974, aí por volta de Outubro, olhávamos para a questão da descolonização. A minha preferência, agora falo por mim, por um interlocutor em cada uma das colónias (e devo dizer que, nessa altura, para mim, em Angola era o MPLA, não era a UNITA, nem a FNLA), pondo de parte pelo menos durante uma larga fase, modelos de tipo ocidental, tinha a ver - e era aquilo que Portugal podia dar de mais importante, não só em termos de defesa contra eventuais agressores -, com uma nossa presença mais prolongada, que apoiaria esses partidos dominantes, ou os partidos preferidos, ou os partidos que tinham mais quadros ou eram os mais progressistas, e seria fundamental para eles se implantarem. Lembro-me de que um dirigente do MPLA em Portugal nessa altura disse que em oito ou em mais de metade dos distritos de Angola [esse movimento ainda não se implantara?]

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Manuel de Lucena: ... que implicaria a tal presença durante alguns anos dos portugueses lá em baixo, das Forças Armadas portuguesas. Essa, digamos, era a minha utopia quando vim para cá depois do 25 de Abril. Tem a ver com o tema. Não se tratava de arrancar da ausência de nações já plenamente formadas para uma justificação geral da continuação do colonialismo; tratava-se, no entanto, de assentar num ponto que os colonialistas apontavam com alguma [noção] da realidade, que era o atraso na formação das novas nações e [tratava-se], por assim dizer, detransformar essa fraqueza em força. Parece-me que isto tudo se liga na sua exposição e agora nesta janela aberta da parte final. Mas não se trata aqui, para nós - isso era uma tentação - de entrar aqui numa discussão ideológica dessas coisas. Mas [sim de] tentar na base desta problemática, que me parece que nos foi comum, entender onde é que as coisas, desse ponto de vista, sofreram grandes desvios e não se conseguiu. Sem recorrer nem à ideia de que foi a descolonização possível, nem à ideia, que, se me dá licença, tem o mesmo efeito prático, de dizer

que não há boas descolonizações ou não há, como disse, descolonizações bem feitas. Em qualquer dos casos, parece-me mais produtivo, mais positivo vermos como é que, não nos limitando necessariamente ao caso de Moçambique, porque as situações foram diferentes... Eu acho que há uma hierarquia: em Cabo Verde não havia nada, não havia luta armada nenhuma e portanto havia paz; depois, em Angola havia uma situação bastante controlada embora não isenta de tensões e de ameaças militares até do Congo, para já não falar dos movimentos de libertação; depois, em Moçambique havia uma situação preocupante com a Frelimo em determinadas áreas, a descer para o Sul, não era uma situação, por assim dizer, tão repousada como a de Angola; e, finalmente, na Guiné havia uma situação militar francamente má. E em todas [essas colónias], no entanto, se acabou por aplicar um mesmo modelo geral de descolonização. E nisso, quer o antigo regime (em Angola era tudo igual, do Minho a Timor...), quer o general Spínola com o federalismo, quer depois o MFA com a descolonização (que reconheceu movimentos mais representativos em cada uma das colónias), todos tiveram um modelo único. Há sempre um [só] modelo. Não há diferenciação nenhuma, nem no salazarismo, nem no projecto spinolista que reduziria tudo a uma federação, nem depois na descolonização feita após o 25 de Abril, sob a égide do MFA: transições curtas para a independência em todos os territórios (o caso de Macau era à parte e pela força das coisas) e em todos eles o reconhecimento de determinados movimentos, em muitos deles um só, mas sempre segundo o princípio dos movimentos combatentes como únicos representantes legítimos. Portanto, parece-me que foi aqui que, por razões sobre as quais eu gostava de ter a sua opinião,... E gostava também [de saber] francamente – a certa altura diz que também assume a sua parte de erros – onde é que viu os passos errados? Aludiu a eles. Portanto, não necessariamente só os seus mas do projecto que seria para si o melhor ou dos intérpretes desse

projecto. Onde é que porca torceu o rabo? E quais foram, concretamente, os momentos decisivos em que determinadas possibilidades se terão perdido. Estou-me a lembrar de um texto seu que li, muito longo, com um relato das entrevistas cruciais que teve em Angola, em 1975, com o MPLA. A sensação que tenho é que durante o processo teve expectativas, teve momentos em que tentou romper e houve coisas que não conseguiu fazer. E era um bocadinho isso, se possível, que eu gostaria de...

Tenente-coronel Melo Antunes: Tudo quanto disse nos obrigaria a longas horas de debate, sem dúvida nenhuma, se quiséssemos ser exaustivos. Eu, de tudo quanto referiu, interessa-me talvez escolher três ou quatro coisas que considero essenciais. Uma delas, a primeira é questão de se ter considerado que os movimentos de libertação eram os únicos representantes legítimos. Corresponhia, por um lado, a uma posição ideológica – é verdade. Mas toda a descolonização, todo o processo descolonizador, tinha uma base ideológica muito forte, a base ideológica em que assentou toda a luta anticolonial durante anos na Europa. E, por isso, não era de admirar que se considerassem como únicos representantes legítimos aqueles que, de facto, tinham defendido, de armas na mão, a ideia da independência. Mas, por outro lado, havia também questões jurídico-políticas que eram importantes: é preciso não esquecer que as próprias Nações Unidas reconheciam os movimentos de libertação como os únicos interlocutores com os quais era possível discutir a descolonização. É preciso não esquecer que, no caso da Guiné, 82 países do grupo de países que constituíam a ONU já tinham reconhecido a Guiné independente sob a égide do PAIGC. Isto é: por um lado, não havia condições políticas para considerar outros representantes com legitimidade política para discutirem o processo da independência, pelas razões que acabei de explicar; e, por outro lado, de facto, na realidade, a esmagadora maioria dos colonos brancos das antigas colónias defendia processos de autonomia, como eu de resto digo

aqui, “à rodesiana”. O que se passou em Angola e Moçambique, em pleno processo de negociações, foram tentativas separatistas, ao fim ao cabo, que fizessem tábua rasa dos conceitos fundamentais da descolonização, para se apoderarem do poder político de uma forma unívoca, quer dizer, de uma forma que afastasse definitivamente os negros do processo descolonizador. De resto, eu posso testemunhar, enquanto militar que fez três vezes a guerra em Angola, que, à medida que o tempo foi passando, era cada vez mais evidente a irritação da maioria dos brancos que vivia em Angola relativamente ao modo como se arrastava a guerra. Porque, para eles, o que era importante era seguir um caminho qualquer, e esse caminho qualquer que normalmente era apontado era o caminho rodesiano, era o caminho que apontava o Ian Smith, que como se sabe também não resultou em nada. Mas naquela altura era o caminho rodesiano, era o dizerem: os militares vêm fazer a guerra arrastando os pés, não permitindo que nós, os portugueses brancos que aqui estamos, façamos aquilo que (segundo eles, colonos brancos) se resolveria em duas penadas. Isto é: as duas penadas seriam os massacres generalizados como de resto os houve em determinados momentos, tanto em Moçambique como em Angola. Por isso, a posição daqueles que, dentro do MFA eram, como eu, defensores de uma descolonização que respeitasse os grandes princípios da luta anti-colonial, que tinham sido, ao fim e ao cabo, um dos fermentos das lutas de esquerda na Europa durante anos e anos... Para mim, portanto, pessoalmente (e assumo essa responsabilidade pessoal), não tinha dúvidas de que esse era o caminho certo. Sem ter certezas absolutas [mas dado o] que iria acontecer depois. Até porque havia já, como disse também, exemplos de que as descolonizações anteriores, francesas, belga, inglesas, etc., não tinham produzido os paraísos de que os antigos colonizados estavam à espera. Mas, para mim, a questão fundamental não era essa. A questão fundamental que à esquerda se punha era a de saber se o colonialismo era compatível

ou não com uma certa ideia do homem, com uma certa ideia da dignidade humana, com uma certa ideia da forma como os homens devem viver em comunidade – e isso sobrepunha-se a tudo o resto. Mas eu pessoalmente e muitos como eu não tivemos de facto a ideia de uma descolonização apressada. Porque sabíamos perfeitamente as condições em que a colonização portuguesa tinha sido feita. Eu próprio refiro em alguns textos, e aqui também o deixei transparecer: não formámos quadros em número suficiente; só no tempo do Adriano Moreira se iniciou um processo de formação de quadros superiores pela constituição das universidades (o que, como sabem, resultou no próprio afastamento do Adriano Moreira em face das desconfianças do poder político, em face das desconfianças de Salazar quanto à possibilidade de formação de elites negras em Angola, em Moçambique e na Guiné e noutros países). Há um outro aspecto que muitas vezes não é referido e que eu dou como exemplo muito claro da falta de vontade do colonizador português formar elites: é o de que não havia praticamente [nenhum] oficial negro no próprio exército português (houve em tempos, na Primeira República, os chamados oficiais de segunda linha, nomeadamente na Guiné, e eram claramente oficiais, como o próprio nome indica, de segunda linha, isto é, eram oficiais em que não se depositava a totalidade da confiança que um Estado organizado deposita nas suas forças armadas e nos seus oficiais. E, portanto, foi apenas uma tentativa um pouco frustrada de esconder um pouco essa realidade, que era chocante, de não haver oficiais indígenas, de cor.

Voltemos, portanto, à questão da rapidez da descolonização. No meu espírito, achava que, justamente por falta das tais condições, se se quiser chamar, técnicas (a falta de elites que pudessem assumir responsabilidades políticas e administrativas nos governos dos novos países), por um lado; e por outro lado, porque eu mantinha essa grande utopia de um tipo relação novo com as antigas colónias fundado justamente na ideia de que a língua comum poderia ser um

traço de união extremamente importante, que poderia dar origem a um novo tipo de relações humanas, que não se tinha verificado em outras descolonizações. Mas podíamos, justamente, beneficiar dos maus exemplos, digamos assim, dessas outras descolonizações e tentar que se constituísse outro tipo de relações culturais, económicas, humanas, etc. com os novos países. E isso exigia algum tempo... E isso exigia algum tempo... Ora bem, isso não foi possível, de facto. E não foi possível por duas razões fundamentais: a primeira foi a aceleração do processo revolucionário em Portugal (quem tem idade para se lembrar do que se passou nessa época, não pode iludir essa questão do que era a enorme fogueira em que todos nós vivíamos, todos os dias, aqui, em Portugal); a segunda razão é, provavelmente, para este efeito que estamos a discutir, mais importante. Eu estou pessoalmente convencido de que, apesar do clima, da situação revolucionária que se vivia em Portugal, estou convencido, tenho razões para acreditar em que teria sido possível, nas ex-colónias, uma maior serenidade na condução dos acontecimentos por parte das unidades militares – isso viu-se em momentos fulcrais, já direi quando – se os dirigentes dos movimentos de libertação não fossem todos eles, quase sem excepção, tomados pela febre, não da independência, não do nacionalismo, mas pela febre da ideologia marxista-leninista. Isto é: as referências fundamentais foram feitas, todas elas, tanto as ideológicas como as políticas, feitas ao bloco soviético. O Samora Machel, no discurso do dia da independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975, refere-se aos “os nossos aliados naturais”, e “os nossos aliados naturais”, contrariamente ao meu projecto que era sermos nós, eram a União Soviética e todo o bloco socialista. E a prova de que, como eu dizia há pouco, apesar de tudo isso, as unidades militares portuguesas estavam em condições de poder desempenhar missões de segurança, desde que a situação política o permitisse, foi que a tentativa [de golpe] que houve a 7 de Setembro de 1974, no dia da

assinatura dos acordos de Lusaca, de fazer explodir Lourenço Marques, de fazer com que em Lourenço Marques se invertesse a situação a favor de uma minoria branca que causou dezenas de mortos, etc., etc. Isto no próprio momento em que se estavam a discutir os acordos de Lusaca. E as tropas portuguesas, que estavam em Lourenço Marques, não tiveram a mínima hesitação em impor ordem, em impor a ordem pública, pura e simplesmente. Não tiveram a mínima hesitação! Portanto, a tentativa de golpe contra-revolucionário de um punhado de portugueses, brancos, que viviam em Lourenço Marques e que se escaparam rapidamente para a África do Sul, foi jugulada de imediato pela prontidão, pela rapidez e pela competência das tropas portuguesas, que de resto eram comandadas pelo general Meneses. E que, durante todo o período de transição, tiveram um comportamento exemplar. O período de transição em Moçambique foi um período de transição relativamente calmo em função, não só da consciência política [do almirante] Vítor Crespo, da sua capacidade de compreensão dos acontecimentos, mas também, devido à forma extremamente hábil mas firme como o general Meneses conduziu a parte militar.

Em Angola aconteceram coisas semelhantes. [Sobre] Angola, [remeto-vos para] esse texto em que longamente explico as minhas divergências com o MPLA.³ Divergências essas que duraram desde esse tempo e ao longo de muitos anos, contrariamente, de resto, àquilo que parece ser um preconceito generalizado: o de que eu seria um íntimo do MPLA. Não o era por uma razão muito simples: não o era porque o MPLA discutiu em Alvor com a mesma má fé com que a UNITA e a FNLA discutiram os acordos. O que eu esperava, de facto, como homem de esquerda assumido, era que no MPLA houvesse razões de natureza política, ideológica, ética, etc., para não ter o mesmo tipo de má-fé com que os outros estavam. Mas estavam todos de má-fé! Todos de má-fé porquê? Porque todos eles

discutiram os acordos do Alvor para ganharem tempo e uma base de partida para, no momento próprio, conquistarem o poder; cada um deles tentar conquistar o poder sozinho e sozinho ficar no poder. E essa era a concepção prevalecente em cada um dos movimentos de libertação, como continua a ser hoje, passados todos estes anos. Dissolvida que foi a FNLA, a história das lutas entre a UNITA e o MPLA é, no fundo, a história da luta pelo poder único, de um dos movimentos. Ora, em Julho de 1975, de facto, já na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, desloco-me a Angola em plena batalha de Luanda... Quer dizer: andava tudo aos tiros. E fui ter uma conversa com o comité central do MPLA e com o próprio Agostinho Neto. E devo dizer que me surpreenderam várias coisas, entre elas a arrogância com que me falaram. E eu percebi, nesse momento, que os dados estavam lançados. Isto é: percebi que naquele momento eles já eram um exército. De resto tive informações, passados poucas horas ou poucos dias, de que tinham recebido armamento maciço do Bloco de Leste, através da Jugoslávia. Portanto, o que estavam a fazer era a aplicação de um plano, que tinha sido metodicamente pensado, para o controlo da cidade de Luanda e para a liquidação dos outros dois movimentos, fazendo tábua rasa dos acordos que tinham estabelecido connosco e fazendo tábua rasa na nossa presença. E eu fui, de facto, bastante duro (relato isso [num depoimento?]), fui bastante duro, ao dizer, que efectivamente o MPLA não podia supor que tinha um tratamento preferencial relativamente à questão da independência de Angola, pelo simples facto de alguns deles pensarem que estavam ideologicamente mais próximos de nós – quando falo em nós é do MFA progressista – porque nós tínhamos definido com muita clareza qual era o nosso projecto de descolonização e o que nós pensávamos para o futuro de Angola. E não podíamos aceitar, não podíamos admitir, que eles pensassem que nós seríamos seus aliados objectivos na conquista do poder. Nós

³ Idem, "Análise do processo de descolonização de Angola", pp. 198-220.

estavamos ali, naquele período de transição, segundo os Acordos do Alvor, para assegurar a ordem indispensável à concretização do que tinha sido estabelecido nos Acordos, nomeadamente as eleições para uma assembleia constituinte. Quer dizer, foram admitidas eleições em Angola, previmos eleições em Angola justamente para introduzir um elemento de legitimidade democrática formal, se quiserem assim, que se sobrepusesse àquilo que muitos outros chamavam a legitimidade guerrilheira, entre aspas. Isto é: aquele que tivesse mais força é que impunha o seu poder. Essa reunião [com o MPLA] acabou muito mal, acabou, de facto, muito mal, porque eu disse coisas em que provavelmente me terei excedido mas disse coisas como estas, que tem que ver com aquilo que o dr. Manuel de Lucena disse há pouco: é verdade que o MPLA era um partido das cidades, não era um partido que tivesse suficientemente implantado na população geral de Angola. E, mais do que um partido das cidades, era um partido da cidade-Estado, que era Luanda. Toda a evolução política de Angola se dá em torno de uma cidade-Estado, como sempre lhe chamei. E foi em torno da cidade-Estado de Luanda que se desenvolveu todo este processo político que, está claro, teve os seus desenvolvimentos nos últimos vinte anos, depois de se ter generalizado a guerra, que tinha que ser necessariamente uma guerra de guerrilha, entre a UNITA e o MPLA. E nessa altura, tentando eu rodear as dificuldades que eram manifestas, pelo facto de o Estado-Maior do MPLA, digamos, os militares do MPLA estarem convencidos de que tinham força bastante para poderem rapidamente liquidar os outros movimentos, para tentar rodear essa questão, eu, de facto, faço uma tentativa de revisão, se quiserem mesmo anulação, dos Acordos de Alvor e a sua substituição por um novo acordo. E esse novo acordo era realmente a tentativa de juntar o MPLA e a UNITA num corpo político único, à custa da liquidação da FNLA. É preciso não esquecer que isto não é tão maquiavélico como parece, porque a verdade é a FNLA já tinha tentado conquistar Luanda através de incursões armadas vindas do

Zaire, incorporando unidades completas do exército zaireense e com mercenários norte-americanos, que lhes davam as consultas militares necessárias, agentes da CIA, para dizer tudo em claro, e mercenários portugueses que tentaram fazer, cronologicamente, a conquista de Luanda. Cronologicamente a verdade é que foi a FNLA quem primeiro tentou a conquista de Luanda...

Manuel de Lucena: Se me dá licença, discutimos isso aqui com o senhor almirante Rosa Coutinho. Eu tenho uma ideia um bocadinho diferente e já agora gostava de o ouvir a esse respeito. Desse ponto vista militar, de ataque militar, isso com certeza. Agora, assim que chega o sr. almirante Rosa Coutinho a Luanda, portanto, em 1974, e muitos meses antes disso, dá-se imediatamente uma grande manifestação que lhe exige a demissão da Câmara Municipal de Luanda, uma comissão administrativa favorável ao MPLA e a formação de milícias do MPLA civis. Obviamente, o MPLA começa imediatamente a quadrilhagem de Luanda. Primeiro, a conquista de Luanda com aspectos militares é do MPLA, em qualquer coisa como Agosto de 1974. Depois, o primeiro ataque militar é de facto da FNLA.

Tenente-coronel Melo Antunes: Isso é factual, é verdade, mas isso só prova...

Manuel de Lucena: Eles tinham quadros em Luanda...

Tenente-coronel Melo Antunes: Isso só prova aquela minha tese da cidade-Estado; era ali que se desenrolavam os acontecimentos.

Manuel de Lucena: Eu aí estou de acordo.

Tenente-coronel Melo Antunes: Mas o que eu estava a querer pôr em relevo era aquilo que tinha dito sobre o comportamento das tropas portuguesas. O rechaçar dessa coluna vinda do Norte foi feito fundamentalmente por tropas portuguesas, que receberam ordens concretas, claras, precisas, e que as cumpriram sem pestanejar. Assim como, durante este período de conflito, quando começaram os nossos conflitos políticos com o MPLA, se dá aquele célebre incidente da Vila Alice, em que a Vila Alice é literalmente destruída pelo

esquadrão, enfim, de cavalaria, ou de comandos, ou não sei o quê, com razões que tiveram a ver com o perigo em que, de facto, a cidade estava. E não só a cidade: as nossas próprias forças militares estavam fortemente ameaçadas de serem pura e simplesmente cilindradas pelo próprio MPLA. Foram dois exemplos que eu dei de que, contrariamente a ideias que muitas vezes se instalaram nos...

Manuel de Lucena: Posso só fazer uma pergunta que me parece importante?

Tenente-coronel Melo Antunes: Com certeza.

Manuel de Lucena: Há várias indicações, das várias conversas que temos tido, que vão muito nesse sentido, mostrando até que há uma diferença entre a tropa normal, que assegurava a quadrícula dos territórios, que eram muitos [militares] e que estavam a querer voltar...

Tenente-coronel Melo Antunes: Sim, sim, sim.

Manuel de Lucena: ... E a tropa especial que em condições, não de guerra colonial mas nessas, talvez fosse suficiente. E essa tropa «melhor» esteve até muito tarde, senão até ao fim, apta, ao contrário daquilo que muitas vezes aqui se dizia para justificar tudo, apta a combater.

Tenente-coronel Melo Antunes: Pois. Confirma aquilo que eu estou a dizer.

Manuel de Lucena: Já não se tratava da guerra colonial, em que era preciso ocupar o território todo e, portanto, a meu ver, aí a grande deficiência foi do poder político português, que até talvez pudesse ter retirado rapidamente essa gente a mais, que servia uma guerra colonial que já não tinha interesse, porque já não se tratava de cobrir os territórios e de os guardar, estava a tratar-se da independência e das transições e de manter uma tropa de elite capacíssima. Aí não terá sido um defeito deles, [mas] falta de coerência do poder político português, a própria divisão do poder político, que não fez nada. Quando começaram todos a violar alegremente os Acordos do Alvor,

a comunidade nacional teria entendido uma atitude drástica do Governo português, unilateral, meter aquilo tudo na ordem, dar-lhes uma sova se necessário.

Tenente-coronel Melo Antunes: Eu penso que aqui havia dificuldades políticas na denúncia, como eu queria, dos Acordos do Alvor. Havia dificuldades políticas: obviamente, os partidos políticos estavam divididos nessa matéria e penso que não é segredo para ninguém que, nessa altura, o Partido Comunista Português tinha uma posição em Angola, que depois se manifestou muito claramente, de apoio ao MPLA logo nos seus primeiros tempos. Eram os agentes, normais e naturais... Era o prolongamento normal e natural da tentativa que a União Soviética fez de hegemonizar aquela região. Para eles era importante, como era importante para as grandes potências, naquela fase, o controlo da África Austral. E tinham de facto um elemento privilegiadíssimo: havia um partido que estava claramente disponível, digamos assim, para apoiar as intenções do MPLA.

Mas para regressar a um dos pontos da sua intervenção... tocou em muitas coisas e estou a tentar responder às coisas principais. Uma delas é a questão da rapidez ou não com que se fez o processo. Eu já disse algumas coisas a esse respeito. Desafiou-me a que eu dissesse os erros que se cometeram. Houve erros que eu cometi e tanto assim é que assumo as minhas responsabilidades e digo que cometo erros. E o meu principal erro foi não ter compreendido, não ter percebido, nos Acordos do Alvor, que não era possível, nas condições concretas da situação africana, não era possível ou não era aconselhável que fosse definida uma data para a independência sem que estivessem reunidas antes as condições para que a proclamação da independência pudesse ser feita. E essas condições tinham que ver com uma das cláusulas dos Acordos do Alvor, que era a da criação do Exército único. Isto é: foi excessiva a nossa boa-fé ao considerar que aquele período de transição que foi definido, de alguns meses era

fundamentalmente pensado para preparar as eleições e para desfazer militarmente os movimentos, constituindo um corpo militar único. [Esse foi o] primeiro erro. Segundo erro: pensarmos que eles queriam exactamente isso, [quando] eles o aceitaram exactamente para obterem a consequência contrária. Por isso, este foi um erro político gravíssimo. Eu assumo-o inteiramente porque era o chefe da delegação portuguesa [ao Alvor], que era composta por mim, pelo Mário Soares, pelo Almeida Santos e vários outros. E, obviamente, nós fomos envolvidos numa atmosfera, num ambiente, que aqui em Portugal era também propício...

Manuel de Lucena: Da delegação portuguesa alguém objectou à data proposta?

Tenente-coronel Melo Antunes: Nada! Ninguém! Ninguém objectou à data de 11 de Novembro para a independência.

Manuel de Lucena: E alguém propôs que houvesse alguma condicionante?

Tenente-coronel Melo Antunes: Não, as condicionantes eram as próprias cláusulas do acordo do Alvor. Nós partimos do princípio que era um dado adquirido essas condicionantes serem cumpridas.

Manuel de Lucena: Mas o acordo do Alvor não tinha explícito – embora talvez se pudesse entender, implicitamente – que aquela data era no pressuposto da realização daquelas condições... Mas como isso não estava explícito...

Tenente-coronel Melo Antunes: Não, não estava explícito mas obviamente que num acordo com aquelas condições...

Luís Salgado de Matos: E aquelas condições pareciam benéficas para os movimentos de libertação. Também não se iria supor que condições que eram benéficas para eles, como terem um exército único para se defenderem do Zaire... que eles iriam violar condições que apareciam como benéficas para eles.

Tenente-coronel Melo Antunes: Pois. De resto, o Luís Salgado de Matos deve lembrar-se que, para facilitar as negociações e como

demonstração da nossa boa fé - ainda havia muita gente que punha em causa a nossa boa fé quanto à questão de Angola, porque muitas vezes se dizia que nós tínhamos cedido mais facilmente nas outras colónias, mas que a Angola nos iríamos agarrar como uma lapa. Nós propusemos, e fez-se, que eles se reunissem antes em Mombaça, a fim de apresentarem [no Alvor] uma plataforma comum de discussão. Era para facilitar as coisas. E de facto foi assim. Portanto, este foi um erro muito grave que devo dizer que foi repetido, muitos anos depois, em Bicesse. Disse-o publicamente - e não tenho dúvidas em dizê-lo - que só pela arrogância do governo anterior [de Cavaco Silva] é que a situação em Bicesse foi a que foi. Arrogância neste sentido: o de não ter querido perceber o que é que houve de mal, da nossa parte, no Alvor, para não se repetir em Bicesse. E repetiu-se exactamente: o de se ter definido uma data para as eleições de 1992, sem que estivessem reunidas as condições, nomeadamente de natureza militar, para que o processo pudesse correr bem. Podia dar-lhe outros exemplos, mas que eu considero menores. Num processo tão complexo como este, todos aqueles que tem intervenção activa estão todos os dias a cometer erros. Estou a dar um exemplo de um erro capital, cometido sem ter a consciência de que o estava a cometer, mas que se revelou um erro político capital.

Manuel de Lucena: Posso fazer uma pergunta [relativa] a uns meses depois? Quando é que toma conhecimento de quando os cubanos chegam a Angola alguns meses mais tarde? Temos indicações, num seminário que fizemos aqui há dois anos, cujo tema não era a descolonização mas as revoluções portuguesas, de que a chegada dos cubanos a Angola presupunha a instalação, bem anterior, de um aparelho de recepção. Há indicações de que é a caminho do Verão, talvez antes do Verão de 1975 (bem depois do Alvor, é claro) que essa instalação começa. Depois há, em Julho, a deslocação de portugueses a Cuba, aquelas grandes viagens, vem cá o chefe de Estado-Maior cubano a Lisboa e tudo isso. Quando é que tem

indicações de que há cubanos, de que há preparação de qualquer coisa de grande desse lado, em Angola?

Tenente-coronel Melo Antunes: Como disse há pouco, quando tive aquele embate forte com o MPLA, em Julho [de 1975], ainda não sabia que eles já teriam a promessa ou que já estariam até a receber elementos cubanos. *Só a posteriori* é que admiti que já nessa altura os cubanos estivessem a marchar para lá. Lembram-se de eu ter empregue a expressão «arrogância»? Eu pensei que isso fosse o resultado do apoio em equipamentos militares, conselheiros e militares que estavam a receber da União Soviética, da Jugoslávia, etc., etc. Mas, pouco tempo depois, admiti, porque eu... Porque no Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao fim e ao cabo, só se tem conhecimento real de que os cubanos estavam a actuar em Angola quando eles já lá estavam em força...

Manuel de Lucena: E isso é?

Tenente-coronel Melo Antunes: Não posso precisar uma data... fins de Agosto, Setembro de 1975, aproximadamente. E deve coincidir, não quero estar a fazer processos de intenção, mas pela forma como as coisas correram – e quando eu digo pela forma como as coisas correram estou-me a referir ao facto de, sendo ministro dos Negócios Estrangeiros, e estando à frente, portanto, do aparelho diplomático português, era natural que alguma informação, directa ou indirecta, pudesse ter aparecido revelando a ida de cubanos para Angola. Ora, não chega informação nenhuma durante esse período, e eu não quero fazer processo de intenção mas admito que todo este processo da ida para Angola de milhares de cubanos se dá no V Governo provisório, quando, como sabem, o V Governo provisório é constituído em condições um pouco atrabiliárias. É evidente que eu saio do Governo, e todas as outras pessoas, e quem fica no Governo é o Vasco Gonçalves e o seu grupo de pessoas mais chegadas. E é durante esse período de deve corresponder aproximadamente a parte do mês de Agosto e a parte do mês de Setembro de 1975.

Manuel de Lucena: Isto está um bocadinho dentro daquilo que nós... Aliás, já agora digo-lhe que um professor americano, convidado [para o seminário das *Revoluções Portuguesas*] disse a esse respeito que por essa altura, em Agosto de 1975, decorriam grande esforços, e promissores na aparência, de normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba e que os Estados Unidos só muito mais tarde do que está agora a dizer é que terão tido... Foi a informação que nos deram aqui, há dois anos, isso foi aqui dito pelo professor [Kenneth] Maxwell – que ele errasse é outra história... Se calhar já sabes [Carlos Gaspar] coisas muito mais certas do que estas.

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Manuel de Lucena: [Essa informação] só chega ao Departamento de Estado [norte-americano], disse ele aqui, neste lugar, em Outubro de 1975. Enganou-se, como tu quiseres, mas foi o que ele disse. Foi o que ele disse. Daí a minha impressão de que os contactos cubano-americanos fossem um pouco anteriores. E aí terás tu [Carlos Gaspar] razão, ao dizer que eram de Janeiro. Mas isso é um pequeno desvio... Portanto, aqui em Portugal, o PCP opôs-se à revisão dos Acordos do Alvor. Nas forças militares, no MFA, como é que as coisas eram vistas? Essa sua proposta tinha muito apoio, pouco apoio? Independentemente das pessoas ligadas ao PCP.

Tenente-coronel Melo Antunes: Sabe, é difícil estar a reproduzir e contabilizar, digamos assim, os apoios que houve de um e outro lado. Porque, de facto, a situação era extremamente complexa e portanto nunca foi possível, ao fim e ao cabo, juntar as pessoas em torno de uma mesa para discutir, em concreto esta questão: vamos denunciar ou não vamos denunciar os Acordos do Alvor? Era uma coisa que uns defendiam, outros não defendiam, e as coisas andavam assim um pouco no ar... É tudo quanto lhe posso dizer a esse respeito.

Luís Salgado de Matos: E havia preocupações mais prementes...

Tenente-coronel Melo Antunes: Pois...

Manuel de Lucena: Eu tenho mais algumas perguntas a fazer, mas como já fiz várias queria dar a possibilidade de generalizar a conversa.

Luís Salgado de Matos: O almirante Crespo falou num encontro dele, salvo erro, com o Aquino de Bragança.

Carlos Gaspar: Dos dois. Melo Antunes e...

Luís Salgado de Matos: Era o que ia dizer. Não tenho a certeza se o tenente-coronel Melo Antunes porque não tenho aqui as minhas notas mas parecia-me que sim. Não fez alusão a isso. Porque não teve importância? Porque...

Tenente-coronel Melo Antunes: Eu tive variadíssimos encontros com o Aquino de Bragança. O Aquino de Bragança era uma pessoa que, logo após o 25 de Abril, começou a circular aqui por Lisboa, e contactava todo o mundo, contactava toda a gente. Era um homem com qualidades excepcionais de comunicação, de simpatia, etc., e portanto contactava toda a gente. Comigo contactou diversíssimas vezes. E é verdade que com ele discuti muitas vezes estas questões relativas ao processo em geral da descolonização – não podemos esquecer que ele tinha tido um papel importantíssimo na formação da CONCP [Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas] em Marrocos, muitos anos antes do início das guerras coloniais. Foi a tentativa dos diversos movimentos de libertação de terem uma estratégia concertada de luta anti-colonial. Ele foi secretário-geral dessa organização. Tinha conhecimentos nos meios da resistência portuguesa muito estreitos. Ele, antes do 25 de Abril, viveu praticamente em Argel, durante muitos anos. Manuel Alegre, Piteira Santos e outros eram amigos directos, pessoais, dele. Portanto, tive diversíssimos contactos com ele e foi um dos homens com quem eu mais discuti as questões da descolonização.

Manuel de Lucena: Ontem, na conversa com o almirante Vítor Crespo, um dos pontos importantes foi que nas primeiras conversas com o Aquino e particularmente numa dessas muitas que teve com

ele, mas em que também estava o almirante Vítor Crespo, foi a questão do prazo em relação a Moçambique. Porque inicialmente, a Frelimo, ou o Aquino apresentando-se como porta-voz da Frelimo, falava [num período de transição de] anos.

Tenente-coronel Melo Antunes: Sim.

Manuel de Lucena: Cinco [anos] ou coisa assim.

Tenente-coronel Melo Antunes: Bom, é preciso ver uma coisa. O Aquino era, antes de mais, um nacionalista. Era um homem de esquerda, de formação marxista, no essencial, mas era um homem que já tinha, nessa altura, fortíssimas suspeitas acerca do processo de desagregação do mundo comunista. E tanto assim é que ele teve uma importância decisiva no percurso intelectual e político do Samora Machel, durante os primeiros anos da independência, o qual foi caminhando cada vez mais, e se não tivesse morrido estou convencido que as coisas teriam corrido de forma diferente, para formas claramente nacionalistas ou nacionalizantes. Eu diria, talvez simplificando um pouco as coisas, que ele era muito mais um homem do tipo Nasser, era muito mais alguém que estava deslumbrado pelo grande movimento nacionalista, anticolonial, anti-imperialista, que foi protagonizado por Nasser do que fascinado pela implantação de um modelo político-social do tipo do socialismo soviético. Isso para mim foi claro desde os primeiros contactos que tive com o Aquino de Bragança. Era uma das razões, de resto, do meu ponto de visto, pelas quais ele nunca teve um papel, uma função institucional dentro da Frelimo. Era um homem respeitado, porque de facto tinha prestado enormes serviços à causa anti-colonial em termos genéricos (não tinha sido só à Frelimo). Portanto, era um homem bastante respeitado mas nunca lhe deram um posto institucional de confiança. Era um conselheiro do Presidente, era um enviado do Presidente, tinha missões diplomáticas várias, mas não tinha uma função institucional. Porquê? Porque, de facto, o aparelho da Frelimo estava completamente dominado pelos comunistas moçambicanos. Eu

chamo comunistas moçambicanos... Há aqui uma distinção a fazer entre os comunistas moçambicanos, como Sérgio Vieira, que tinham sido comunistas portugueses aqui, isto é, tinham militado no Partido Comunista Português aqui em Portugal, já na universidade, etc., e os de formação marxista-leninista em geral e que se estavam [a deixar] rapidamente a colonizar, porque a embalagem dos acontecimentos era essa...

Luís Salgado de Matos: É o caso do Mário Graça...

Tenente-coronel Melo Antunes: É o caso do Mário Graça. Teve o seu percurso, hoje está muito longe disso tudo. Mas o Sérgio não é exactamente a mesma coisa, não faz o mesmo percurso. O Óscar Monteiro é outro, mas que também faz um percurso que vai no sentido do desencanto com o mundo comunista, etc. Mas naquela altura, não. Naquela altura, o grosso, o núcleo fundamental da Frelimo era constituído por comunistas, comunistas formados em Portugal, que foram militantes em Portugal, foram militantes em França muitos deles, foram militantes em Argel no âmbito da luta anti-colonial clássica e, depois, continuaram o seu percurso. E por isso o seu radicalismo! E por isso o seu radicalismo! Eu já discuti muitas vezes estas questões, anos depois, com alguns destes nomes que aqui foram referidos. E alguns deles reconhecem que, de facto, o elemento fundamental que levou à tragédia, que foi ao fim ao cabo a tragédia do retorno dos portugueses, foi o radicalismo da Frelimo. Foi a convicção deles de que com ideologia se governava o país. E por outro lado, tinha a convicção de que os tais seus aliados naturais iriam substituir rapidamente o vácuo, o vazio, deixado pelos portugueses. E foi assim que aquilo se encheu de búlgaros, romenos, checos, russos, etc., que ao fim de meia dúzia de meses eram piores que os poucos técnicos que lá ficaram. E lançaram o país no caos. E o mesmo se passou em Angola.

Luís Salgado de Matos: Se me derem licença, eu conto uma *petite histoire* que se passou comigo. Quando eu estava no governo de

transição [de Moçambique], em Janeiro de 1975, o Mário Graça, ministro de quem eu dependia directamente, vem-me convidar para participar numa reunião sobre o plano económico que eles queriam fazer para Moçambique, para depois da independência. Bem, eu respondi: «Eu sou português. Não vou participar nessa reunião.» Ele insistiu dizendo que, como eu dirigia lá a parte económica, tinha conhecimentos técnicos que ele não teria. «Bom, sim senhor.» Fui para a casa onde eles viviam, em Sommerschield. Quem é que foi? Basicamente as pessoas que estavam na economia: um tipo que já morreu – o Alberto Cacimo -, o Salomão Mugambe, o Joaquim de Carvalho, o Mário Graça. E esperámos que chegasse o Armando Guebuza. Bem, chegou o Armando Guebuza, que era o tipo mais categorizado da Frelimo, já bastante atrasado, às 11h e tal e abre os braços e diz: «Já estão feitas as duas primeiras leis do governo de Moçambique depois da independência.» Ele resumiu as duas primeiras leis do governo de Moçambique depois da independência: toda a terra pertence ao povo de Moçambique, toda a electricidade pertence ao povo de Moçambique. Eu pedi a palavra e disse: «Isso não é muito original. Essas são as duas primeiras leis do Lenine. Na Rússia talvez tivessem razão de ser; aqui não têm. Porque a electricidade, *grosso modo*, já pertence ao Estado; quanto à terra, só se nacionalizam bens escassos. Quando um bem não é escasso não é susceptível de avaliação individual e portanto não se nacionaliza.» Mas falei neste tom, técnico.«Em Moçambique o problema não é de escassez de terra: é de escassez de capital e de organização. A nacionalização da terra vai apenas destruir a pouca organização...». Bom, seguiu-se um pandemónio que acabou às 5 da manhã. A única pessoa que defendia uma posição semelhante a esta era o Joaquim de Carvalho, que depois, como ministro, veio a fazer a nacionalização da terra! Nunca mais tive ocasião de falar com o Joaquim de Carvalho, nem sei o que é que lhe aconteceu depois, mas fiquei completamente boquiaberto. E foi uma discussão perfeitamente

homérica, em que, já não me lembro quem, dizia... O Mário Graça é mais reservado e portanto interveio pouco. Ah! Estava também o Jorge Tembe, que era sub-secretário de Estado da Agricultura. Lembro-me de alguém ter dito, julgo que o Tembe... é capaz de ter sido o Tembe... que o sentimento de propriedade era uma manifestação de colonialismo, que tinha sido levado para lá com o colonialismo e que, portanto, acabando o colonialismo também se ia o sentimento de propriedade. Além do que em Moçambique não havia pretos proprietários. O que grosso modo não era falso; basicamente era verdadeiro. Por acaso, «azar dos Távoras», o Joaquim de Carvalho disse ao Tembe: «Mas a ti quem é que te pagou o curso? Então o teu avô não é proprietário?» Acho que o avô tinha vacas... Bom, uma história qualquer assim. Isto para aquilo que o senhor coronel Melo Antunes dizia: a influência da visão russa, marxista-leninista, no caso, soviética, em todo o processo. No caso específico de Moçambique era assim; tem toda a razão.

Carlos Gaspar: Bem, eu gostava de tentar levar o tenente-coronel Melo Antunes para um outro terreno, aliás não menos importante. Com a sua mudança de cargo, quando passa a ser ministro dos Negócios Estrangeiros, que é a direcção externa, internacional, do processo de descolonização e, designadamente, sobretudo a partir de Março-Abril de 1975, quando as coisas se começam a complicar em Angola, que é obter, pelo menos negociar, para lá da conjuntura nacional em Portugal, alianças externas para de alguma maneira escudar, ou dar uma retaguarda às posições portuguesas.

Tenente-coronel Melo Antunes: O que pretende de mim é que eu comente um pouco essa situação, o que significa que está à espera que eu faça uma conferência sobre toda... Eu sobre isso acho que posso, com alguma autoridade, dizer duas ou três coisas. A minha experiência enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros nessa fase, isto é, na fase que aqui em Portugal corresponde ao Verão escaldante de 1975, a seguir ao 11 de Março, é marcada pelo sentimento agudo

de que a questão colonial, sobretudo a questão angolana (visto que o resto já pouco comovia, digamos assim, a comunidade internacional) era uma questão fundamental para as relações entre as duas superpotências mundiais. Não porque Angola pudesse ser um terreno de confrontação directa entre os Estados Unidos e a União Soviética, mas era um terreno onde a influência de um e de outro poderia ser determinante para o futuro da África, nomeadamente da África Austral. E, no clima da chamada Guerra Fria, que se vivia na altura, de facto isso foi, para mim, uma experiência inesquecível. E digo já porquê: porque, sendo certo que Angola, pelas razões que [aponte], era um terreno onde cada uma das potências queria deixar a sua marca e se possível ter a supremacia na zona, a impressão com que eu fiquei, as conclusões que tirei das análises que fiz consequentes aos meus contactos internacionais, nomeadamente em Moscovo e em Washington (e não só, na Europa também) foi a de que, a partir de certa altura, os Estados Unidos consideraram essa batalha perdida. Isto é, consideraram que a União Soviética tinha conseguido operar de tal modo que tinha retirado aos Estados Unidos capacidade de actuação, em tempo oportuno, para se poderem substituir aos soviéticos na hegemonia da zona. Dou-lhe duas ou três notas de conversações que tive e que, de certa maneira, ilustram esta minha análise. A primeira foi uma longa conversa que tive com o Kissinger, em Bona, em meados de Abril de 1975 (não me lembro exactamente da data), em que o Kissinger procura conhecer qual é o meu ponto de vista sobre a situação, conversa geral, e depois impressiona-me pela insistência com que fala da capacidade que os soviéticos demonstraram de, pela primeira vez na história político-militar da União Soviética, terem conseguido, a milhares de quilómetros de distância do seu centro político, estarem presentes, estarem lá, e exercerem a sua influência. Isto é: o que impressionou o Kissinger foi uma questão estratégica fundamental, foi a capacidade, demonstrada pelos soviéticos nessa altura, de mobilizarem meios políticos,

diplomáticos e sobretudo militares, para, a milhares de quilómetros, a muito maior distância do que eles próprios americanos, poderem, em tempo oportuno, desencadear uma verdadeira operação de alta estratégia político-militar. Essa foi a primeira impressão que eu recolhi daquilo que para ele era um elemento fundamental da análise global da situação. Para ele, de certa forma, não mo dizendo directamente, aquilo que Angola representava, como conflito de interesses entre duas grandes potências, estava, de certa maneira, numa fase em que a margem de manobra dos americanos já era muito curta, senão mesmo quase nula. E perguntava-me, a mim, a minha opinião sobre como as coisas deveriam seguir-se, o que é que era previsível, etc. Bem, eu defendi a tese que, para um intelectual norte-americano saído do ninho de Harvard, e com uma certa insolência intelectual, lhe pareceu provavelmente pouco interessante. Enfim... uso este tipo de eufemismos para não dizer outra coisa porque fiquei um bocado irritado! Eu disse-lhe que o voltar de costas dos EUA em relação a Angola, o considerar que Angola estava nas mãos dos comunistas e que não havia nada a fazer, que o Agostinho Neto era um comunista e uma marionete nas mãos da União Soviética e que, portanto, não havia nada a fazer, era um erro estratégico do meu ponto de vista. Porque, primeiro, os soviéticos aparentemente tinham desencadeado de facto essa grande operação que era impressionante aos olhos dos africanos. Não era só o facto de terem feito aquilo em Angola; era o facto de África ter ficado impressionada com a capacidade... Eles de resto tinham tentado, estavam a fazê-lo na Abissínia, mas aí era mais perto e era outra região. O que era importante para eles, para o futuro, era a África Austral, porque estava em causa a África do Sul – com um desenvolvimento que não se sabia muito bem como é que havia de ser, aquilo estava tudo bloqueado, o Apartheid não dava sinais de mudança -, a Namíbia continuava a ser um forte problema, etc., etc., etc. Portanto, o que eu tentei explicar foi que não se podia considerar

uma batalha perdida porque se os Estados Unidos bloqueavam, nomeadamente no plano económico, nomeadamente no plano político, nomeadamente no plano diplomático, bloqueavam as relações com Angola, como estavam a ser bloqueadas, como se lembrarão... Dentro da linha do pensamento do Kissinger, os Estados Unidos não vieram a reconhecer o novo país independente durante muito tempo. Bem. O Kissinger não se convenceu nada dessa minha tese de que se os Estados Unidos dessem alguns sinais de abertura, de diálogo, recebessem pessoas, falassem com pessoas, tratassem de alguns assuntos mesmo de natureza económica e cultural de uma forma que desse a entender que eles não era votados ao ostracismo, era muito mais possível em Angola do que noutra sítio qualquer abrirem-se divisões, abrirem-se fissuras naquele sistema, que favorecessem uma evolução que eu não podia prever exactamente qual seria mas que, de certeza absoluta, não seria uma evolução no sentido de um endurecimento em torno das posições pró-soviéticas. Bom. Saí dessa reunião perto de Bona convencido de que não o tinha convencido. E passado pouco tempo (passou-se todo esse Verão, passou-se o V Governo provisório), eu fui às Nações Unidas no princípio de Outubro, ao discurso ritual das Nações Unidas. Naquela altura não era bem ritual, porque nós estávamos ainda no centro das atenções mundiais; e, portanto foi bastante importante o ter lá Estado, o ter falado, o ter encontrado imensa gente, etc., etc. E a prova disso é que não estando previsto me convidam para ir a Washington falar com presidente, o Gerald Ford, na presença do Kissinger. E as perguntas do Ford eram fundamentalmente o querer saber se de facto o Agostinho Neto era comunista ou não era comunista; e se estava ou não estava nas mãos dos soviéticos; e se havia ou não havia alguma hipótese de mudança. E eu repeti exactamente ao Ford aquilo que tinha dito meses antes ao Kissinger. E isto na presença do Kissinger. E disse que o Agostinho Neto era um homem de formação marxista, é verdade, toda a gente sabe, ele

estudou cá, nas nossas universidades, esteve muito próximo do Partido Comunista Português (não tenho a certeza se foi membro mas pelo menos andou ali na órbita do PCP e era um marxista), mas era também um nacionalista. Mas era também um nacionalista. E era nesse trunfo que eu queria jogar: a ideia que era possível sobrepor à ideologia, à ideologia que parecia ser dominante e que parecia ser hegemónica, e que o era de facto, naquela altura, sobrepor-lhe elementos de nacionalismo que viessem a favorecer o desenvolvimento de forças autónomas, capazes de levarem a uma verdadeira independência e, portanto, a uma não submissão a uma qualquer das potências. Esta conversa passou-se, estivemos quase uma hora a conversar, acabou muito amavelmente. E eu saí de lá com a impressão de que também não tinha convencido ninguém. O Kissinger chamou-me à parte, ao gabinete dele. Foi muito amável, foi cordial. Naquela altura já não me falou de Angola; estava interessado era no que ia acontecer aqui!

Risos.

Porque, lembram-se, isto foi próximo do 25 de Novembro. Estávamos portanto na fase mais aguda do nosso processo político interno. E o que ele queria era saber... Ele tinha as suas informações: o Carlucci já cá estava, estas mesmas conversas eu tinha-as com o Carlucci, mas era diferente conversar com aquele que, naquela altura, era considerado o líder dos nove, líder dos moderados, não sei o quê... E ia dizendo, com toda a franqueza (não falou mais de Angola!), «quero saber é para onde é que vocês vão e se os comunistas vão tomar conta do poder ou não vão tomar conta do poder. E se vocês têm capacidade ou não para os impedir de tomar o poder e instaurar uma democracia, etc., etc.» E o que eu lhe disse foram as teses que eu defendia publicamente: tinha a certeza de que ainda íamos passar maus bocados (como passámos), de que tínhamos graves dificuldades (como tínhamos), mas de que iríamos lutar e a minha convicção era a de que a relação de forças seria cada vez mais

próxima da possibilidade de nós controlarmos os acontecimentos, como veio a verificar-se. Ele, como era uma pessoa muito cordial e muito amável, isto agora a título anedótico, dá-me uma palmada na perna e diz-me assim: «Bom, mas veja lá, tudo o que for preciso, armas, dinheiro...» «Ó sr. Secretário de Estado, não falemos nessas coisas. Nós somos capazes de resolver os nossos problemas. Não se fala mais nisso.»

Risos.

Pronto, acho que parcialmente respondi à sua pergunta.

Manuel de Lucena: À parte americana; agora falta a parte soviética.

Tenente-coronel Melo Antunes: Ah, a parte soviética. Falei por alto como o Gromyko. Tive uma longa conversa com ele. O Gromyko, como vocês sabem, era uma personalidade muito diferente do Kissinger.

Manuel de Lucena: Em que data é que foi?

Tenente-coronel Melo Antunes: Foi pouco depois da conversa com o Kissinger.

Manuel de Lucena: Da primeira?

Tenente-coronel Melo Antunes: Sim. Não sou capaz de precisar a data. Tenho lá nos meus apontamentos. É mais uma demonstração dos meus falhanços diplomáticos. Mas eu também não tinha grande ilusões. Quer dizer: eu tentei explicar ao Gromyko que o visível apoio que eles estavam a dar a um determinado modelo de desenvolvimento de uma sociedade africana, como Angola, de certa maneira repetindo a própria experiência soviética em Angola, poderia corresponder às próprias concepções que eles tinham quanto à difusão do comunismo à escala planetária. Mas ele não poderia contar era com a nossa boa vontade, digamos assim, para apoiar esse tipo de soluções. Bati novamente na tecla nacionalista. Nós queríamos, com a descolonização, criar condições para que esses países se tornassem independentes e escolhessem o seu próprio caminho através de processos internos mais democráticos. Isto é: que não

lhes fosse imposto de fora o modelo a seguir. Claro que o Gromyko era uma velha raposa, a mais velha raposa que podia ser, um *vieux routier* destas coisas diplomáticas há muito tempo. Portanto, com a maior das calmas, me foi explicando que nem de longe nem de perto, nunca os soviéticos tentaram em nenhuma parte do mundo impor o seu modelo; os povos eram livres de escolher e escolhiam as alianças que lhes eram mais favoráveis, etc., etc. Eu tive de engolir essas coisas todas; já sabia que as ia engolir, não havia outra hipótese. Portanto, há, se quiser, apesar de tudo, uma frágil tentativa da minha parte de o convencer da tese nacionalista, vamos dizer assim para simplificar, sabendo perfeitamente que isso não tinha qualquer espécie de possibilidade de vencer. Porque, obviamente o Gromyko... o que ele me expôs era o resultado de uma estratégia definida ao mais alto nível há muito tempo. Nós não estávamos a discutir uma coisa que pudesse ser, de certa maneira, modificada pelo Gromyko em função de argumentos meus. Nós entrámos, no fundo, num debate que era político-ideológico e sabíamos que cada um tinha as suas posições. Sempre extremamente amável, sempre extremamente sereno, mas sem escamotear de facto quais eram os objectivos da União Soviética. Se eu tivesse dúvidas sobre quais eram os objectivos da União Soviética sairia de lá sem dúvidas nenhuma.

Manuel de Lucena: Já agora explicitando...

Tenente-coronel Melo Antunes: Exactamente aquilo que eu tentei explicar foi que, para eles, a confrontação entre as superpotências era uma confrontação inevitável – não militarmente, não se tratava de confrontação militar, era uma confrontação ideológica. E eles estavam convencidos de que a conquista política e ideológica de zonas cada vez mais vastas do mundo, nomeadamente do Terceiro Mundo, era um factor determinante para a modificação da relação de forças entre capitalismo e socialismo. E de que esta era também a forma de evitar a confrontação armada, que só podia ser nuclear. No fundo é esta a tese.

Carlos Gaspar: Lembro-me de que tivemos uma conversa há uns anos, em que disse que tinha saído da conversa com o ministro soviético convencido de que a União Soviética, em Angola, ia até ao fim.

Tenente-coronel Melo Antunes: Exacto.

Carlos Gaspar: Até ao fim...

Tenente-coronel Melo Antunes: Até ao fim não é até à confrontação armada. Iria até ao fim quer dizer: poria todos os seus recursos, como pôs, à disposição dessa estratégia de controlar, ao fim ao cabo, Angola, através do MPLA e, indirectamente, através dos seus homens. Como sabe, aquilo encheu-se de cubanos – está bem, é verdade, eram a carne para canhão que andou no mato. Mas os tais conselheiros que faziam economia planificada, e os tais conselheiros que faziam a organização do Estado e que fizeram a organização da informação em Angola eram todos soviéticos. E foram de facto até ao fim; foram até às últimas consequências.

Manuel de Lucena: Portanto, o senhor coronel ficou convencido de que aquilo não era uma conquista de influência tendo por fim chegar à África do Sul, influenciar a África do Sul, mas que estavam convencidos que se podiam instalar e ficar em Angola?

Tenente-coronel Melo Antunes: Sim. Ficar, exercendo a influência necessária para ser um bom ponto de partido para o resto da África, nomeadamente da África Austral.

Carlos Gaspar: Havia para Angola a possibilidade de contar com alguma potência europeia?

Tenente-coronel Melo Antunes: Não.

Carlos Gaspar: Não. Mas tomou medidas nesse sentido?

Tenente-coronel Melo Antunes: Não. Porque nas conversas que tive com todos os dirigentes europeus vinha sempre o tema colonial e não o tema angolano em particular. E percebi sempre que não se queriam comprometer com nenhuma posição clara. Não se queriam

comprometer. Queriam estar informados mas não assumiam posição política nenhuma. Todos. Todos.

Luís Salgado de Matos: Provavelmente [isso]era inevitável porque, na nossa descolonização, tomámos, desde o princípio, a opção da recusa da sua multilateralização. E portanto, a partir daí o plano inclinado é: «Desembarcem-se.» Isto poderia ir para a frente se os movimentos de libertação percebessem, ou achassem, como de princípio parecem ter achado, que nós poderíamos ser um parceiro estratégico para eles. Na medida em que... no caso de Moçambique eu acho que isso é claro. Na medida em que eles acham que o apoio soviético não tem custos para eles, isto desaparece.

Tenente-coronel Melo Antunes: Pois.

Manuel de Lucena: Tenho um ponto que tem a ver com a conversa de ontem com o senhor almirante [Vítor Crespo]. Foi mais ele do que o almirante Almeida e Costa. Ele disse que o recuo da da Frelimo na questão da data, da passagem de um período de vários anos para os nove, dez meses, se ficou a dever a uma progressiva desconfiança deles, relativamente: primeiro, ao poder político português enquanto lá esteve o Spínola; e depois, à instabilidade do poder político português e à sua falta de unidade. E eu queria juntar isto a outra questão. De certo modo, acho irónico que tenha sido o próprio regime salazarista quem definiu uma espécie de «teoria dos dominós» quando disse que não podia ceder em sítio nenhum. A coisa é muito clara quando o Marcello fala com o Spínola relativamente a Guiné: não quer ceder porque se cede num lado o resto viria por aí fora. Seria uma espécie de «teoria dos dominós» para África. E a coisa caiu na Guiné. Do ponto de vista de se ter feito uma descolonização obedecendo aos mesmos princípios em toda a parte, esses dominós foram sendo logo assumidos pela descolonização portuguesa na medida em que... Nunca falou aqui da Guiné. Da Guiné tratou pouco...

Tenente-coronel Melo Antunes: Sim, da Guiné não...

Manuel de Lucena: Isso foi tratado por outras vias.

Tenente-coronel Melo Antunes: Exacto.

Manuel de Lucena: Mas a descolonização da Guiné pesou de algum modo como precedente a que Portugal ficaria obrigado em alguns aspectos essenciais.

Tenente-coronel Melo Antunes: Acho que sim, na medida em que tinham desaparecido os entraves que até então se levantavam.

Manuel de Lucena: A começar pelo princípio da independência, reconhecido, etc. no sentido de [Portugal] ficar obrigado a dar grandes privilégios aos movimentos irmãos e ao próprio PAIGC, em Cabo Verde (onde não tinha a mesma força). Quer dizer: o precedente da Guiné é qualquer coisa que lhe limita a liberdade de movimentos. Tem um aspecto positivo que é obrigar o general Spínola a consentir na independência. À parte disso, depois pode ter uma contrapartida. O termos começado na Guiné, para si, foi bom?

Tenente-coronel Melo Antunes: Eu não faço juízos de valor. Nessa matéria o que digo é que era inevitável começar pela Guiné, por razões históricas evidentes, nomeadamente o facto de a Guiné já ser reconhecida como país independente por dezenas de países. Portanto, era inevitável; é um facto consumado, de certa maneira. Agora, a sua pergunta sobre se de certa forma eu teria sido limitado por esse facto envolve vários pressupostos. Mas eu dir-lhe-ei o seguinte com toda a clareza, disse-o aqui, tenho dito em outros sítios que me recuso...

Falha na gravação devida à mudança de cassette.

Tenente-coronel Melo Antunes:... [Conheciam] suficientemente de perto o que se passou na Indochina e na Argélia para não poderem dizer que não sabiam, ou para não poderem dizer que a questão colonial era uma questão um bocado abstracta, que só era dos outros. Eu, pessoalmente, e penso que muitos outros, segui com muita atenção a acção política da Pierre Mendès-France. Como sabe, o Pierre Mendès-France esteve três meses no Governo e foi em três meses que ele resolveu a questão da Indochina, mas já numa

situação de desastre militar completo. E segui depois com muita atenção o que aconteceu na Argélia e o que foi, apesar de tudo, o poder político dominado por uma personalidade conservadora, mas fortemente nacionalista, que acabou por resolver uma questão que era insolúvel nos termos em que a democracia, em que a República francesa não era capaz de resolver. Ora, lembra-se de que nessa altura surgiram os textos fundamentais que foram os textos teoricamente fundadores de uma concepção, de uma visão do que era o colonialismo e do que deveria ser a luta anti-colonial. Não quero agora aqui fazer citação de autores, mas lembrar-se-ão dos principais dessa época e que alimentaram, digamos assim, na nossa juventude, a nossa concepção das coisas. Portanto, é por isso que eu recuso a ideia da «descolonização possível», porque ela é uma expressão que pode ter como consequência aquilo que de facto tem tido como consequência: é as pessoas pensarem que nós estávamos metidos numa camisa de onze varas e que todo o condicionalismo existente, tanto em Portugal como as colónias, era de tal ordem que nós fomos empurrados para aquela descolonização e não tínhamos outra saída. Eu digo: Não! Nós tivemos gravíssimas dificuldades em todo este processo, mas a concepção da descolonização, essa, eu defendo-a, essa concepção de descolonização, aquela que acabou por prevalecer, essa, eu defendo-a. Admitindo erros, como já o disse, que são de natureza essencialmente política, negocial se se quiser, admitindo, inclusivamente, que os prazos [de transferência de poderes] deveriam ser bastante mais dilatados. Mas eu volto a repetir: não fui vítima das circunstâncias. E sei muito bem aquilo que estou a dizer. Aquilo que estou a dizer coloca-me numa posição muitíssimo mais frágil do que a daqueles que se refugiam na expressão «a descolonização foi a descolonização possível; lavo daí as minhas mãos; não pudemos fazer melhor.» Eu digo: nós podíamos ter feito melhor, é verdade: se não tivéssemos cometido alguns erros; se as circunstâncias fossem mais favoráveis, cá, em Portugal, e lá; se toda a conjuntura

internacional fosse mais favorável. Podemos dizer tudo o que quisermos, e é verdade, [quanto às] circunstâncias desfavoráveis relativamente a todo o processo. Mas a base conceptual da descolonização, tanto quanto dependeu de mim, foi aquela que eu quis.

Manuel de Lucena: Isso eu percebo...

Tenente-coronel Melo Antunes: Mas é bom que perceba! Porque não só o Manuel de Lucena como muitas outras pessoas têm vindo a defender com bastante vigor muitas vezes a ideia de que a descolonização foi a descolonização possível porque isso os desculpabiliza. Eu julgo que me faço entender perfeitamente: não há aqui questões de culpabilização nem de desculpabilização. Aqui há assunção de responsabilidades ou não.

Carlos Gaspar: [...] O tempo e o modo eram, para si, cruciais; eram os seus instrumentos. A pergunta que se está a fazer é: se, paradoxalmente, naquele período inicial, há ao mesmo tempo um efeito de contenção, quando o general Spínola tenta impor a sua concepção colonial, e a vontade de aceleração do próprio Governo Provisório, que também é patente. Não conhecia a citação do Miller Guerra, que me parece em todo o caso precipitada e tonta. Nesse processo não se perdeu qualquer coisa?

Tenente-coronel Melo Antunes: Postas as coisas nesses termos, eu percebo melhor e já sou capaz de dar uma resposta mais aceitável.

Manuel de Lucena: Eu só queria dizer, exactamente nessa via, que para mim era um bocadinho como o Napoleão dizia da guerra: era uma arte toda de execução. Disse ao princípio da nossa conversa, e tudo o que tenho ouvido o confirma, que o ponto de partida, a maneira de encarar, o que se desejava fazer, ia naquela direcção. E, portanto, estou perfeitamente a perceber [quando diz]: «Eu não fui vítima das circunstâncias». Digamos que globalmente o modelo que tinha por pontos fundamentais a concessão da independência (e não

se ficar pelos caminhos da autodeterminação vaga), o reconhecimento de interlocutores privilegiados combatentes (embora Angola seja uma questão particular) e depois a negociação com eles de uma transição que deveria ser mais longa mas que, fundamentalmente, ou que se gostaria que fosse mais longa, mas que era uma transição em que as autoridades portuguesas e os movimentos de libertação colaborariam intimamente, essas coisas realizou-as. Por isso é que diz que conceptualmente a coisa não falhou; depois realizou-se foi de uma maneira... Aí entro na questão do Carlos [Gaspar], do tempo e do modo e na arte da execução, porque os resultados podem ser substancialmente diferentes, saindo nós das ideologias. Quer dizer: ideologicamente podemos estar consolados, mas, na prática podemos ficar bastante chateados. E aí é que [levanto] a questão da Guiné, porque a Guiné impôs uma grande aceleração e, de certo modo, teve um efeito de confirmação, no sentido quase sacramental, de determinados movimentos. E depois o próprio PAIGC também estava em Cabo Verde. Eu pedia que respondesse tendo um bocadinho em conta Cabo Verde, aonde eles não tinham a mesma força, aonde inclusivamente havia interesses ocidentais fortes: o porta-aviões do Sal, essas coisas... E, no entanto, foi-se também para uma coisa rápida, foi-se na mesma direcção. Mas a minha questão ia na linha do Carlos [Gaspar] sobre o tempo e o modo...

Tenente-coronel Melo Antunes: Sim, sim. Percebo melhor agora a sua intervenção inicial, nomeadamente à luz do que o Carlos Gaspar disse. E eu acho que ao longo da exposição e mesmo no diálogo que travámos, a minha posição pessoal é no sentido de que o processo foi acelerado, foi acelerado e foi inconvenientemente acelerado. Isto é: eu teria preferido prazos muito mais extensos, nomeadamente nos casos de Angola e Moçambique. Teria preferido prazos mais extensos porque... Repare numa coisa: é importante que eu diga também, para não se ficar com a ideia de que o que determinou todo este processo

foi apenas a tal conceptualização, e portanto de que foram razões ideológicas que moveram o processo, eu, pelo menos, da minha parte, estou convencido... E muitos daqueles que me acompanharam às vezes me acusaram de um excessivo pragmatismo no modo como tentei negociar tais e tais coisas. Posso dar o exemplo que já dei do meu contacto com o MPLA, em Julho de 1975, no qual as minhas relações com o MPLA ficaram inquinadas durante anos e anos por ter denunciado claramente a violação flagrante de tudo o que havia sido acordado e a necessidade de rever tudo, e onde ameacei, por um lado, com a rescisão unilateral dos Acordos do Alvor e, por outro, com a multilateralização das coisas (isto é, pedir às Nações Unidas que se ocupassem do processo). Bem, é uma prova que posso dar de que, pessoalmente, na condução do processo, procurei ser o mais pragmático possível, o mais concreto possível. E aí, sim, é que posso dizer que os acontecimentos me ultrapassaram, os acontecimentos lá, os acontecimentos cá. E só neste sentido é que posso admitir que se fez o possível; só nesse sentido é que [isso] se pode dizer. Porque, se tivessem sido possíveis prazos mais dilatados, muito provavelmente as coisas teriam tido uma saída completamente diferente. Admito isso perfeitamente. Mas eu próprio reconheci que a questão dos prazos também releva de erros políticos cometidos por nós, e por mim em especial, como por exemplo, nos Acordos do Alvor, eu não ter tido a suficiente lucidez política para perceber que a marcação de uma data, que vinha acordada de Mombaça entre os movimentos de libertação, que o concordar com a data, deveria estar dependente da concretização de todas as outras condições, de todas as outras cláusulas previstas no acordo. Esse foi o erro político grave. Se tivéssemos feito exactamente o contrário, isto é, deixar em aberto a data da independência em função do cumprimento das cláusulas admitidas no Acordo, era evidente que o período de transição teria sido, pela própria natureza das coisas, muito mais longo.

Carlos Gaspar: E isso teria sido possível?

Tenente-coronel Melo Antunes: Eu acho que sim. Sabe, hoje, *a posteriori*, é extremamente difícil a gente saber se era possível ou não era possível, se isso iria ou não agudizar as coisas cá dentro, em Portugal. Mas devo dizer: mais agudizadas do que já elas estavam era difícil.

Manuel de Lucena: Passando do caso mais convulsivo para o caso mais extremo: foi ultrapassado nalguma coisa quanto a Cabo Verde?

Tenente-coronel Melo Antunes: Ah pois, pediu-me para falar em Cabo Verde. Não. Eu em Cabo Verde... Como sabe a questão da Guiné foi tratada logo de início. O próprio general Spínola queria libertar-se dessa situação. Quem se ocupou da Guiné foi o dr. Mário Soares.

Manuel de Lucena: E pessoas ligadas ao general Spínola...

Tenente-coronel Melo Antunes: ... e pessoas ligadas ao general Spínola; e aceitaram, de imediato, que a questão de Cabo Verde era indissociável da questão da Guiné, porque o partido era o mesmo. Era o PAIGC que se considerava o partido representativo das populações da Guiné e de Cabo Verde.

Manuel de Lucena: Estou um bocadinho em desacordo. Estivemos a discutir muito, há três dias, esse ponto. Indo ler o Acordo de Argel, é, nesse ponto, dilatatório. Consagra, como sabe, o princípio da independência para a Guiné; Cabo Verde vai ser independente, mas com uma abertura à autodeterminação, porque vai ser eleita uma assembleia [constituente] que decidirá o seu destino. Os testemunhos que tivemos aqui, quer o ano passado, quer este ano, são claros: o PAIGC não queria isso, queria logo, ali em Argel, arrumar tudo. E foi obrigado a fazer uma distinção entre os dois casos, tanto que o acordo sobre Cabo Verde é só de Dezembro [de 1974]. O Acordo de Argel é de Agosto e só em Dezembro é que houve o acordo de Cabo Verde. Foi a única coisa de que falei consigo antes, um mês e picos antes desse acordo, e, nessa altura, a sua expressão foi: «o PAIGC acha que aquilo é um couto privado [seu]; e Cabo Verde é um caso distinto.» Eu fiquei de lhe escrever de Cabo Verde, porque ainda não

tinha sido feito o acordo e achava que podia ser uma coisa em que houvesse uma solução pluralista. Quer dizer, em que o próprio PAIGC fosse levado a não ter a mesma atitude arrogante que se verificara na Guiné.

Tenente-coronel Melo Antunes: Eu acho que não estamos tanto em desacordo como isso, porque, de facto, quem se ocupou do problema da Guiné ocupou-se do problema de Cabo Verde. O que estava em embrião nos acordos de Argel acabou por dar os seus frutos, ao fim e ao cabo, nesse mesmo ano. Embora o general Spínola já se tivesse retirado, a verdade é que quem continuou a dialogar com os dirigentes do PAIGC foi o ministro dos Negócios Estrangeiros, que era o Mário Soares. As coisas foram como foram. Eu não tive nenhuma intervenção nas questões relativas à Guiné, Cabo Verde e São Tomé. Tive, sim, mergulhado até aos cabelos em Angola e Moçambique. Estou de acordo em que as coisas em Cabo Verde poderiam ter sido conduzidas de outra maneira; mas não me atrevo a dizer que houvesse condições internas para que pudesse ser de outra forma. Não sei. Não tenho conhecimento. Teria de consultar muitas coisas. E, como se sabe, deram-se as coisas que se deram. Entre Cabo Verde e a Guiné as coisas não correram bem desde o princípio. Esta concepção de um partido ser simultaneamente o mesmo partido, o mentor político de dois Estados claramente distintos...

Manuel de Lucena: Enfim, uma continuação da colonização da Guiné por cabo-verdianos. Porque Portugal utilizou muitos os cabo-verdianos.

Tenente-coronel Melo Antunes: Mas aí não me posso pronunciar de uma forma taxativa porque não conheço o processo na sua intimidade.

[...]

Manuel de Lucena: Começa a haver uma perigosa unanimidade para irmos almoçar... [...]

Acho que estamos todos de acordo acerca das grandes responsabilidades que cabem à intransigência salazarista em o problema da descolonização se ter vindo a pôr do modo mais difícil e angustiante – se tivesse havido uma decisão atempada, enquanto não havia ainda guerrilhas... Também o professor Marcello Caetano pareceu dar uma no cravo e duas na ferradura, e hesitou muito. Nesse aspecto, porém, tem havido ultimamente uma multiplicação de sinais de que, na última fase, o professor Marcello Caetano, levado talvez por algum desespero ou por manobra puramente táctica, ia mais longe ou estava disposto a ir mais longe no caso da Guiné, obviamente, do que o general Spínola. Aqueles emissários que foram a Londres, como o Rui Patrício confirmou, falar com o PAIGC, não iam falar em federação; iam a pensar em cessar-fogo e em coisas que iam mais para o lado da independência. Há sintomas também de que algo do género se estava ... algo do género, não, algo talvez pior, que seria provocar em Angola algumas coisas que... E depois havia toda aquela diplomacia do eng. Jorge Jardim quanto a Moçambique. Tive quinze anos o livro do eng. Jorge Jardim, *Moçambique Terra Queimada*, mas não tive paciência para ler um relatório de frustrações e de amarguras. Até que um dia me senti na obrigação de ler e comecei a ficar banzo com algumas testemunhas que ele invocava, e nunca ninguém negou, nem sequer da parte africana, não só do Banda mas do Kaunda e de um ministro do Kaunda que era um tipo bastante progressista. Ele apresentou um projecto que difere da solução que finalmente triunfou em Moçambique em dois passos: na questão do prazo; e em que a Frelimo não seria partido único, mas já o reconhecia como dominante. E depois, como, por outro lado, parece haver algum consentimento das autoridades em todas aquelas conversas – ele diz que deu conhecimento ao professor Marcello Caetano –, parece (estou a falar muito vagamente, sem nenhuma precisão) que nos últimos tempos, do lado do regime, um pouco levado pela força das coisas, provavelmente, e muito a contragosto,

sem dúvida, mas havia certas aberturas. Estamos nisto quando há sintomas e há pessoas que dizem, que garantem que o próprio MFA chegou a contactar, antes do 25 de Abril, o professor Marcelo Caetano e chegou a discutir estas coisas com uma certa abertura. Se bem que o professor Marcelo Caetano não se pudesse ou não se quisesse comprometer a pontos das pessoas terem ... Não lhe deram conhecimento da data nem desmarcaram o Movimento. Não sei se é verdade... Tem alguma notícia de serem verdade esses contactos do MFA com o professor Marcello Caetano?

Tenente-coronel Melo Antunes: Nenhuma.

Manuel de Lucena: Para si é novidade?

Tenente-coronel Melo Antunes: Para mim é novidade. Se é existiram, para mim é novidade. Não tenho a mais pequena ideia de que esses contactos tenham sido estabelecidos.

Manuel de Lucena: E quanto à interferência... O engenheiro Jorge Jardim no livro queixa-se sobretudo do marechal Costa Gomes e do dr. Almeida Santos. Do engenheiro Jorge Jardim, das coisas de Moçambique, contactos com a Frelimo, disponibilidades de ... Surpreendentemente é um livro que acaba apelando à não destabilização da Frelimo. Ele acaba por dizer, depois de dizer que a Frelimo caiu nas mãos de marxistas, tinha lá outros que eram melhores e que eram nacionalistas. Acaba por dizer: não vale a pena tentarem subverter do exterior Moçambique contra a Frelimo. Ele desaconselha...

Tenente-coronel Melo Antunes: Bem, eu tenho as maiores dúvidas sobre a versão, digamos assim, que do Jorge Jardim faz, nesse livro e em muitas outras coisas que apareceram escritas, revistas, artigos, etc. E tenho as maiores dúvidas entre outras razões porque tive uma longa conversa com o [Kenneth] Kaunda e o Kaunda garantiu-me que de facto tinha tido contactos com o Jardim mas que ele, Kaunda, estava absolutamente convencido de que o Jardim preparava uma secessão de Moçambique, tal como tinha sido o sonho de muitos

sectores brancos em Moçambique, aliando-se de resto, ou copiando o modelo rodesiano e prevendo já as suas alianças. E que ele, Kaunda, tinha agido de maneira...

Manuel de Lucena: Seguindo o modelo rodesiano ou... Tinha uma alternativa, o Jardim?

Tenente-coronel Melo Antunes: Não, não. Seguindo o modelo rodesiano. Era fundamentalmente esta a ideia. Seguir o modelo rodesiano era tentar um processo secessionista, ao fim e ao cabo, mas hegemonizado pelas forças sociais dominantes em Moçambique, que estavam nas mãos dos brancos, de que ele era o principal representante. O que ele estava a preparar, de facto, nesses contactos, era, ou alianças (o caso do Malawi) ou neutralizações. O que ele pretendia do Kaunda era a neutralização do Kaunda face a um projecto destes, por saber que era mais difícil obter uma aliança clara do Kaunda para este projecto. Nesse sentido, teria dado garantias verbais ao Kaunda de que a Frelimo seria uma componente importante desta construção do novo Estado. Dada a importância que a Frelimo já tinha no terreno era uma força com que era preciso contar. Eu, vendo isto pelo valor facial, acho que o Kaunda me disse que não tinha apresentado objecções mas que não tinha acreditado em nada disto. Isto é: não tinha acreditado na viabilização deste projecto e que ele, Kaunda, tinha sempre estado de alma e coração com a Frelimo.

Manuel de Lucena: Isso é uma coisa que me parece merecer... O Jardim cita demasiados documentos, cartas e coisas com a assinatura do Kaunda... Pode ser falso. Há até um programa que é curiosamente um programa de Lusaca.

Tenente-coronel Melo Antunes: Mas isto foi uma conversa que ele teve comigo, um jantar a sós que ele pediu para ter comigo. Ele teve necessidade de me explicar, ao fim e ao cabo, qual tinha sido a sua intervenção nos projectos do Jardim. E dá-me esta explicação, que eu interpretei de imediato como sendo uma tentativa de limpar as mãos

de tudo o que pudesse comprometê-lo com o projecto secessionista do Jardim. Mas não posso ir mais longe do que isto. Não posso. Não há provas materiais, há conversas, há análises de conversas, há interpretações de conversas, etc.

Manuel de Lucena encerra a sessão.